

surda, promovendo uma conscientização não apenas dos ouvintes como dos próprios surdos, no sentido de que nossas reivindicações sejam entendidas como busca de direitos e deveres e não como privilégios, ou seja, que as medidas sejam especiais devido apenas às especificidades das pessoas surdas;

5.2 que se crie infra-estrutura na sociedade brasileira de forma a difundir o conhecimento da língua dos sinais entre as pessoas que trabalham com pessoas surdas e a fornecer intérpretes em língua dos sinais aos setores não especificamente destinados aos surdos, favorecendo assim o livre trânsito e socialização destes últimos nos diferentes compartimentos sociais;

5.3 que se promova a conscientização da população brasileira com relação aos problemas da surdez, buscando uma aceitação maior das pessoas surdas, de sua língua, dos sinais, de suas associações e outras organizações, para que possamos satisfazer nossas necessidades de pessoas surdas, facilitando-nos o acesso aos meios de comunicação de massa e possibilitando-nos a promoção de atividades que nos permitam tornar conhecidas nossas potencialidades e desfazer as imagens negativas que têm sido difundidas a nosso respeito; especialmente, que sejamos consideradas pessoas capazes;

5.4 que nos sejam facilitados o acesso e a aquisição de material necessário, para a comunicação e desenvolvimento de nossas capacidades em todas as áreas do conhecimento, eliminando-se o imposto sobre a importação de material específico para esse fim e, ao mesmo tempo, promovendo pesquisas sobre tais equipamentos auxiliares, para que sua confecção no Brasil elimine a necessidade de importação.

## 6. Medidas de Ordem Política

6.1 que sejamos considerados cidadãos brasileiros capazes de exercer toda e qualquer função de ordem política e de participar das atividades da área tanto no âmbito nacional como internacional;

6.2 que se criem condições para que tenhamos um maior acesso às atividades políticas nacionais e internacionais, proporcionando-nos, assim, maior conscientização e ampliação de opções políticas.

As medidas apontadas acima pretendem ser aplicadas algumas a longo prazo, outras a médio e outras a curto prazo. Entretanto, queremos influenciar na formação das condições para que elas se operem, porque é entre os surdos que se encontra o conhecimento da surdez.

Queremos que a problemática da surdez seja examinada e compreendida em toda a sua complexidade e profundidade para que nossos problemas sejam atacados na raiz e não apenas superficialmente e/ou com medidas paliativas.

Ao invés de nos serem atribuídos atendimentos no intuito de mudar nossa natureza surda para sermos, o quanto possível, iguais aos ouvintes, nas atitudes e nos costumes, queremos ser aceitos realisticamente como pessoas surdas e que nossas potencialidades específicas sejam exploradas e não escondidas.

### 14.<sup>a</sup> Reunião Ordinária, realizada em 7 de maio de 1987

Aos sete dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às dez horas e oito minutos, na Sala da Comissão de Municípios — Anexo II do Senado Federal, reuniu-se a Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, sob a presidência do Senhor Constituinte Nelson Aguiar, com a presença dos seguintes Constituintes: Roberto Augusto, Antônio Salim Curiati, Eraldo Ti-

noco, Eliel Rodrigues, Ervin Bonkoski, Eunice Michiles, Flávio Palmier da Veiga, Iberê Ferreira, João de Deus Antunes, Maria Lúcia, Matheus Iensen, Rita Camata, Sotero Cunha, Vingt Rosado, como membros da Subcomissão e Constituinte Artur da Távola, como participante. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou iniciados os trabalhos e solicitou fosse dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que foi considerada aprovada. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou que tomassem assento à mesa Dr.<sup>a</sup> Lourdes Cunha, Presidente da Casa do Candango; Sr.<sup>a</sup> Luciana Caetano Ribeiro, representante do Grupo Comunitário do Gama; Dr.<sup>a</sup> Maria Lêda de Resende Dantas, Assessora do Ministério da Cultura; Sr. Jorge Cauhy Júnior, Presidente do Lar dos Velhinhos Mara de Madalena e Dr.<sup>a</sup> Ana Helena Freire Magalhães de Campos, Assessora do Grupo dos Mais Vivos (SESC); para discorrerem sobre o tema "Proteção ao Idoso". Concluídas as exposições, o Senhor Presidente franqueou a palavra aos Senhores Constituintes para debate com os palestrantes e convidou o 1.<sup>o</sup> Vice-Presidente, Constituinte Roberto Augusto, para assumir a Presidência, tendo em vista a necessidade de ausentar-se por alguns momentos. Participaram dos debates os Constituintes: Vingt Rosado, Iberê Ferreira, Eunice Michiles, João de Deus Antunes e Maria Lúcia, como membros da Subcomissão e os Srs. Paulo Roberto Guimarães Meira, representante da Onedef — Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos, Pastor Geraldo Borges da Silva, Dr.<sup>a</sup> Iris Berlink, representante do Grupo dos Experientes da Vida e Sr.<sup>a</sup> Carmelinda Pereira Fonseca, que fez entrega das propostas do Grupo dos Mais Vivos à Subcomissão — como ouvintes. Reassumindo a Presidência, o Senhor Presidente, Constituinte Nelson Aguiar, agradeceu a presença e as abordagens dos Senhores expositores: Dr.<sup>a</sup> Lourdes Cunha, Sr.<sup>a</sup> Luciana Caetano Ribeiro, Dr.<sup>a</sup> Maria Lêda de Resende Dantas, Sr. Jorge Cauhy Júnior e da Dr.<sup>a</sup> Ana Helena Freire Magalhães de Campos. A seguir, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Constituinte Eraldo Tinoco, Relator da Subcomissão, que fez uma explanação sobre os andamentos dos trabalhos desta Subcomissão e sobre o anteprojeto que está elaborando. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos às treze horas e vinte minutos, cujo teor será publicado, na íntegra, no *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*, convocando os Senhores Constituintes para a próxima reunião, a realizar-se dia doze de maio, às nove horas e trinta minutos, com a seguinte pauta: apresentação do anteprojeto do Senhor Relator. E, para constar, eu Antonio Carlos Pereira Fonseca, Secretário, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Constituinte Nelson Aguiar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Declaro aberta a reunião.

Presentes, para alegria nossa, um grande número de idosos.

Temos inscritas cinco entidades. Vamos convidar os seus representantes a sentarem à Mesa. Primeiramente, convidamos a Professora Maria Leda de Rezende Dantas, Assessora do Ministério da Cultura; a Dra. Lourdes Cunha, Presidente da Casa do Candango; D. Luciana Caetano Ribeiro, representante do Grupo Comunitário do Gama, Distrito Federal; o Sr. Jorge Cauhy Júnior; Lar dos Velhinhos, Maria de Madalena e Dra. Ana Helena Freire de Magalhães Campos, Assessora do SESC, do Distrito Federal.

Vamos destinar o tempo de até quinze minutos para cada um dos debatedores, para fazerem suas exposições e, depois, teremos um tempo de debates com os Srs. Constituintes.

Temos, hoje, uma série de atividades na Constituinte que vem prejudicar um pouco a presença dos Srs. Consti-

tuintes, aqui. Por exemplo, a convocação plenária do Senado, que está apreciando um projeto de interesse dos engenheiros agrônomos; mas, no decorrer desta reunião, os Srs. Constituintes comparecerão.

Estão presentes os Constituintes Vingt Rosado; Iberê Ferreira; João de Deus Antunes e Rita Camata, além do Presidente desta subcomissão.

Vamos passar a palavra, em primeiro lugar, à Professora Maria Leda de Rezende Dantas, Assessora do Ministério da Cultura.

A SRA. MARIA LEDA DE REZENDE DANTAS — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, prezados concidadãos:

Creio que este é um momento memorável em que, pela primeira vez, pessoas de idade avançada têm oportunidade de se fazer ouvir por aqueles que redigirão a nossa Carta Magna.

Imagino que essa Carta não tenha a duração de um *bill of rights*, ou qualquer coisa do gênero, na medida em que ela será uma Constituição de um momento transitório da nossa vida, da passagem de um estágio para um outro de maior amadurecimento; mas, mesmo assim, ela não seria uma lei ordinária, mas teria que conter certas garantias de universalidade.

Então, em primeiro lugar, gostaria de dizer que, em se tratando de pessoas de idade avançada, não falarei aqui como falei junto à Subcomissão de Minorias, em que tentei colocar a questão do idoso como uma questão cultural, política e ser o velho um signo, isto é, um significado que tem uma função precípua no conjunto da cultura. Nesta subcomissão, tentamos colocar a nossa questão neste contexto: o signo da velhice como o signo da obsolescência, da solidão, do abandono, quando sabemos que isso não é o significado real da velhice e de como, numa ação de desenvolvimento cultural, teremos que reverter esse processo, mostrando que não é a velhice que causa a obsolescência, a solidão, a miséria, mas a ordem econômica e o regime político.

Na Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, tentei colocar que, em nosso país, segundo Mário Filizzola, o único direito que o velho tem é o de não entrar na fila para votar. A título de curiosidade, mostrei aos Srs. Constituintes daquela subcomissão, um mero livro de 434 páginas em que o cidadão americano pode ler os seus direitos. Que dia será o nosso em que haverá tanto direito a ponto de fazer um livro dessa grossura? Nos Estados Unidos há esse livro de 434 páginas para orientar o cidadão de idade avançada sobre os seus direitos. Citei os vizinhos para não falar de nós mesmos, para a coisa não ficar por demais desagradável.

Aqui está uma enquete, uma investigação e uma denúncia do Movimento de Consumidores dos Estados Unidos em que eles fazem uma denúncia sobre a indústria da velhice, que no Brasil já está implantada. É forte, é tão miserável, tão odienta quanto essa que já está absolutamente entronizada no *American Way of Life*. Está aqui: "A idade avançada, a última das segregações." Isso nós falamos junto àqueles que estão cuidando dos direitos e garantias do homem e da mulher.

Gostaria, aqui, de falar da velhice no contexto da família, já que esta subcomissão tem a responsabilidade de se expressar sobre a unidade-família. Neste caso, quero deixar claro que toda a minha ironia nada tem a ver de agressão contra V. Ex.<sup>as</sup>, é uma forma aristotélica de grifar as coisas que penso importantes. Se, por acaso, eu chorar — acho que não vou chorar, porque não falarei de casos particulares...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — A senhora pode chorar, esteja à vontade.

A SRA. MARIA LEDA DE REZENDE DANTAS — ... creiam, isso é só uma imaturidade, porque em todas as idades teremos pontos de alta maturidade e continuaremos tendo aquelas pontas ainda imaturos, que fazem com que o ser humano, até o seu momento de morrer, ainda tenha muita coisa para mudar, muita coisa para aprender.

É muito importante lembrar essa descoberta do Pico de La Mirândola, de que a única coisa essencial no homem é o seu acabamento.

Quero denunciar que não existe o idoso, o idoso não existe. Existem pessoas que conseguiram vencer todo tipo de absurdos que fazem com que o Brasil tenha uma das maiores mortalidades infantis do mundo. Essas pessoas conseguiram, heroicamente, vencer esse pedaço, vencer a outra mortalidade que vai até aos cinco anos. Depois que conseguiram não morrer de acidente de trabalho — e se V. Ex.<sup>as</sup> virem as mãos de meus companheiros de idade avançada, hão de ter certeza de que eles sempre trabalharam depois que conseguiram não morrer de acidente de trânsito, então, realmente, estamos diante de um grupo que se constitui na vanguarda do mundo pós-industrial, do mundo da terceira onda, que são aqueles que deverão ter o direito de viver a sua vida, não mais ao nível de suprir suas necessidades básicas, e teremos um país onde a aposentadoria, as pensões, as políticas públicas garantirão, em princípio, o direito de todo cidadão viver, produzir, criar, nascer e morrer com dignidade e alegria, e se, em algum momento, essas políticas públicas falharem, teremos ainda os remédios das políticas sociais, não como remédios degradantes, como hoje são, mas como um direito e uma garantia de que o cidadão também deve ter leis especiais que vigorem, enquanto as grandes leis das macroestruturas não estão apropriadas para as particularidades das mudanças de uma sociedade. Então, não existe velho, nem idoso, nem proecto, nem senecente, nem gerontino, muito menos o gerontino do terceiro extrato, como alguns dos nossos companheiros aqui são chamados em algumas instituições. E nem existe o velho de espírito jovem, como muitos gostam de dizer, como também dizem o negro de alma branca. Temos, sim, cidadãos que conseguiram ser uns heróis da sobrevivência, do massacre, do genocídio de uma estrutura econômica iníqua. Por isso é que todo dia eu me fortaleço na presença de cada um dos companheiros que aqui estão, na maioria, vindos da cidade do Gama, porque os nossos companheiros do Plano Piloto estão passeando pelo Nordeste.

Dito isso, gostaria de pensar a questão do Brasil, no momento em que ele passa por uma rápida transformação populacional. Nós estamos em pleno processo de envelhecimento rápido. Já envelhecemos e pensamos que somos um País jovem. Por quê? Porque, demograficamente, a mortalidade infantil diminuiu, ao mesmo tempo, tivemos uma restrição da natalidade por força de todo um movimento internacional que se abate sobre nós, que é o modo mais comum de envelhecer um País como o nosso; quer dizer, não por outra coisa, senão pelo fato de que diminuíram os nascimentos. Diminuindo os nascimentos, a população envelhece, relativamente.

A par disso, podemos dizer que já há o evidente aumento da expectativa de vida das pessoas mais velhas. Agora, abro um parêntese. É preciso ver a iniquidade das relações econômicas no interior do nosso País também, não só como um País de economia dependente, de um capitalismo tardio, mas o que isso reflète na diferença de igual natureza no interior do nosso próprio Território, a ponto de podermos ter, em algumas regiões do Nordeste, uma expectativa, uma esperança de vida de 49 anos, enquanto em outros lugares da Região Sudeste, por exemplo, termos 65 anos. Quer dizer que a pobreza é alguma coisa que não podemos misturar com faixas etárias. Temos que banir a pobreza, banir a concentração de renda nas

mãos de poucos não muito sábios, porque, às vezes, até a concentração de renda se faz nas mãos de algumas pessoas um tanto mais sábias do que outras, que sabem, que aprendem a não matar a galinha dos ovos de ouro que, no caso, é o povo; às vezes, coincide que a concentração da renda, além de iniqua, é mal colocada, porque sabemos de algumas pessoas que, se tivessem essa renda nas mãos, vamos dizer, algumas dessas mulheres e desses homens do Campo, que sabem repartir o pouco que têm, quem sabe, nas mãos deles, esse dinheiro teria outro sucesso? Então, repetindo, mesmo interior do Brasil, a expectativa de vida muda em mais de sete anos, dependendo somente da região. Não podemos esquecer.

Pensar em velhice no Brasil é não deixar de pensar dialeticamente, ou seja, a população como um todo. Não adianta esperar que os de meia-idade de hoje, os adultos ou os jovens, envelheçam para nos preocuparmos com eles. A velhice dos que hoje são jovens, se não forem tomadas as providências sérias e imediatas, será muito mais dramática do que a velhice atual, porque hoje se está criando padrões do "envelhecer" brasileiro, até há pouco tempo não havia padrões do "envelhecer" brasileiro.

Havia um velho numa cidade, três velhos na outra, tanto que nunca pensei em velhice antes de sair do Brasil. Eu quase morri de susto no dia em que vi mais de vinte velhos reunidos, porque, para mim, os velhos eram os meus avós e alguns vizinhos, e tenho tido contato com pessoas de nível superior que nunca pensaram na questão da velhice, a não ser de forma plegas, sentimentalóide, e que atrapalha a se ver a coisa da maneira pela qual deve ser vista, quer dizer, do ponto de vista político, econômico e ético.

Assim, teremos que pensar: a população brasileira está sabendo que estamos passando por um processo de restrição de natalidade, de interesse das potências ocidentais como um todo, que nós temos mais de cento e trinta entidades de diferentes tipos trabalhando na restrição, no controle da natalidade? Qual é a relação que isso tem a ver com o envelhecer?

Agora, vou falar sobre a questão da velhice em si.

Por que estou no Ministério da Cultura e não no Ministério da Previdência, e não no Ministério da Saúde? É porque a questão da velhice é uma questão cultural por excelência; porque na medida em que o povo se organiza para criar as suas condições materiais de vida e ao criá-las estabelece relações pessoais entre grupos e pessoas, é nessa medida e nessa forma que se cria uma cultura. E a cultura brasileira pode ser retratada por Portinari nos seus quadros dantescos. Mas aquilo não representa a cultura brasileira, aquilo ali é uma expressão artística. A cultura brasileira se faz quando Corina, com a idade que tem, com o marido com seqüelas de acidente cardiovascular, consegue ficar num barraco que nem dá para ficar em pé, em todos os lugares da casa, com uma fossa aberta no quintal, por minha culpa, pois há dois anos comecei, mudei de posição, não consegui que acabassem um buraco no quintal em lugar de fossa, enchendo de água todo dia. Como é que Corina consegue viver com as oito crianças que cria — imaginem bem, ela cria oito filhos dos outros — com 700 cruzados mensais? Isso é cultura, Sr. Presidente, mais que cultura, isso é milagre de criação e de amor!

Vendo a situação em que o velho vive no interior, nas favelas, começo a pensar se podemos falar em família, porque denunciei que não existe o idoso, existem pessoas mais velhas por uma questão também de relação. Tanto assim que pessoas em outros países que são consideradas de meia-idade, aqui no Brasil são consideradas velhas. As pessoas que são velhas em Brasília não são velhas em São Paulo, é uma questão de equilíbrio demográfico. Então,

assim como não existem velhos, existem pessoas de idade avançada que, por isso mesmo, têm uma personalidade muito mais diferenciada do que o adulto, do que o jovem, do que a criança.

As suas histórias de vida os fazem absolutamente diversos, e mesmo a miséria não os igualam, não os homogenizam.

Nesse caso, também, não podemos falar de família.

A família é outra abstração. Não sei se estou falando da família, dos 5% da população brasileira que concentra a renda, não sei se estou falando de classe média, não sei se estou falando dos trabalhadores ou da pobreza absoluta, não sei se estou falando da família do Pará, da família do Espírito Santo ou da família de Porto Alegre ou de Bagé. Não sei de que família. Então, não existe o velho numa família, existem pessoas de idade avançada na zona rural ou urbana, em classes sociais diferenciadas. Daí, quando falo em aposentadoria aliás, hoje, não posso também falar em aposentadoria porque posso estar falando da aposentadoria da Paixão, minha grande amiga. A Paixão levou onze anos tentando conseguir a aposentadoria. Seu joelho era enorme. Quanto mais ansiedade tinha de não conseguir trabalhar, mais doente ficava. Quando conseguiu a aposentadoria, sarou.

Foram 11 anos, Srs. Constituintes! Posso falar de aposentadoria, combinando a aposentadoria da Paixão com a dos marajás dos vários Estados, e de outros títulos, outros eufemismos que ainda não inventamos? O que uma coisa tem a ver com a outra? A metafísica, nesse caso, não nos ajuda. Temos que pensar na família, na idade, nas gerações de uma forma dinâmica, na dialética, vendo as contradições que existem no interior de cada grupo e nas relações de cada geração. Essa geração de velhos está criando um padrão. Se quero terminar os meus dias numa luxuosa clínica geriátrica, tenho que pensar não só nos meus filhos, como nos meus ancestrais, pois estamos criando um padrão. Onde deve envelhecer e morrer um cidadão brasileiro?

Terminando, peço a V. Ex.<sup>as</sup> que anotem duas questões que gostaria de ver inseridas na Constituição: primeiro, que não se faça discriminação por idade, da mesma forma que não se faz por sexo, por religião, por raça ou em qualquer outro pretexto. Uma leitura da Constituição teria que nos garantir que ninguém perde o emprego porque fez 70 anos. Abolem, de saída, as datas-limite para as pessoas se aposentarem, para fazerem concurso ou para estudarem de dia, pois o trabalhador da zona rural chega à cidade e tem que estudar à noite, porque tem 14 anos. Não estou falando de velhos, mas de idade. Que se constitua numa das nossas garantias que o cidadão brasileiro não seja penalizado a pretexto de idade, tenha ele um dia de concepção ou esteja ele no dia da sua morte.

A outra questão que gostaria que contasse na Constituição é que não seja permitida, a nenhum pretexto, a segregação de cidadãos brasileiros de qualquer condição. Em outras palavras: uma criança não pode ser reclusa porque é órfã, ainda que se façam eufemismos em cima dessa realidade. O velho não pode ser recluso nem em gaiolas enferrujadas, nem em gaiolas de ouro, isto é, nem em asilos, nem em clínicas geriátricas, nem em day-care centers, ou quaisquer outras sofisticadas que as profissões inabilitantes, que proliferam no nosso meio, venham a criar para o seu benefício.

Seriam, então, as duas coisas: nenhum preconceito de idade e segregação de nenhuma forma e pretexto, quer dizer, que não haja *apartheids* no Brasil sob qualquer pretexto.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — V. Ex.<sup>a</sup> podem ficar tranqüilos, porque nós, constituintes, também estamos cuidando da nossa pele. (Risos.)

Chegaram depois os Constituintes Maria Lúcia, Mathews Iensen, Eunice Michiles e Eraldo Tinoco, nosso Relator, que está muito preocupado com a sua própria situação. (Risos.)

Vamos passar a palavra à Dra. Lourdes Cunha.

A DRA. LOURDES CUNHA — Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes:

Estamos aqui representando uma entidade sobejamente conhecida em Brasília, que é a Casa do Candango. Ela dá assistência a cerca de 800 crianças e a 60 idosos, e foi especialmente construída para isso, não é uma gaiola nem de ouro, nem enferrujada. (Risos.) É uma casa modesta, que tem todos os requisitos para um bom viver do idoso.

A filosofia de trabalho da Casa do Candango não é paternalista. Chamou-me a atenção quando a oradora anterior falou em dignidade e alegria. É o que tentamos proporcionar aos nossos idosos.

A situação do idoso no Ocidente é bastante difícil. Nós que viajamos, observamos bem essa parte assistencial. Vamos retratar o quadro para, daí, tirarmos algumas conclusões. Na Coreia, almoçávamos em um restaurante numa rua de Seul, e numa mesa, ao nosso lado, havia um senhor bastante idoso cercado de netos. A refeição era peixe, e ele, com aquela paciência oriental, descarnou o peixe, tirando todas as espinhas, e serviu aos netos. No momento em que todos os netos estavam servidos, ele não se preocupou mais com as crianças eram 6 ou 8. Uns quiseram comer, outros passavam por baixo da mesa e outros subiam nos ombros dele. Ali cessara a sua responsabilidade. Daquele momento em diante, ele passou a viver a sua liberdade.

São dois aspectos fundamentais que precisamos garantir ao idoso. O primeiro, a responsabilidade dentro da sociedade porque, de repente, marginalizamos o idoso. Completou 60 ou 70 anos, pronto: "Mãe no faça isso, aquilo não precisa fazer". Esta é a atitude das nossas famílias. O segundo é a liberdade, que a própria Constituição lhe garantiria, do ir e vir, do andar, do resolver, do pagar suas contas, do receber sua pensão.

A Casa do Candango procura proporcionar aos idosos essa dignidade e essa liberdade.

Fizemos um planejamento, que encaminhamos às universidades de Brasília. Faremos convênio com duas universidades, duas faculdades, para que os alunos da área de Psicologia, Pedagogia, Medicina, Enfermagem e Serviço Social façam estágio na Casa do Candango, para termos também o apoio dos jovens. É muito importante o contato entre os jovens e os idosos. Ao mesmo tempo, eles vão desenvolver temas do seu estágio e proporcionar um pouco de alegria e estímulo aos idosos. O idoso tem um potencial de trabalho enorme, que a nossa sociedade tolhe muito cedo.

Vimos, também, em outros países, como a Noruega e a Dinamarca, que os governos tiram, se não me engano, 70% do salário do idoso para a previdência. Mas ninguém reclama, porque, a partir de uma certa idade, a pessoa tem garantida a sua moradia, o seu tratamento médico-hospitalar de primeira, em bons hospitais, com os melhores médicos. Nesses países as pessoas não têm a preocupação, que temos aqui, em garantir o futuro. Lá, eles sabem que o futuro está garantido. Não sei também se é por isso que o índice de suicídio lá é muito grande. É um contra-senso, que não entendemos muito bem.

A Sra. Maria Leda falou, também, no milagre do amor. Achei muito bonito a Corina com 700 cruzados, manter 11 crianças. Agora, quer me parecer que não temos o direito de pedir milagres ao idoso. Precisamos dar ao idoso direitos e não pedir milagres. Imaginamos o sacrifício dessa nossa irmã para, com 700 cruzados mensais, manter com dignidade essas crianças, porque ela está se responsabilizando pelo futuro delas. V. S.<sup>a</sup> disse, também, que não faz discriminação por idade. Sabemos que o idoso tem um potencial de trabalho muito grande e, no entanto, privamos o idoso. Quanta coisa útil ao País poderiam fazer os idosos? Em orientação, em supervisão, em aconselhamento, e, no entanto, nós os podamos, a lei poda logo. É preciso que se dê oportunidade ao idoso para que ele possa atuar dentro da sociedade, para que possa trazer a sua experiência, que é sempre rica e construtiva.

Há na Casa do Candango esse lar dos idosos, que está à disposição de todos que queiram nos visitar e nos ajudar, também. A Casa do Candango não tem nenhuma dotação orçamentária, ela sobrevive unicamente do resultado da Festa dos Estados. Procuramos valorizar o idoso, sobretudo, estimulando-o à alguma atividade, porque sabemos — é um princípio elementar de medicina —, que a função faz o órgão. E o cérebro parado fica mal irrigado e esclerosado, certamente. Então, quando esse cérebro é estimulado, ele vai realmente produzir alguma coisa. E nós temos procurado fazer isso, não só com equipes de voluntário, que diariamente se dirigem a Sobradinho e desenvolvem os seus trabalhos junto aos idosos, como, também, num futuro bem próximo — e espero que essas greves dos estudantes de universidades sejam solucionadas a contento e possamos ter grupos de jovens, também, levando o seu carinho, a sua alegria e o seu amor aos nossos idosos.

Que mais poderíamos falar sobre a Casa do Candango, no que diz respeito aos idosos? As acomodações físicas são a contento, o tratamento é modesto, a alimentação, o vestuário, tudo é modesto, sem luxo, mas que supre todas as necessidades, pelo menos as necessidades físicas.

O que nos preocupa muito, desde que assumimos a Presidência na Casa do Candango há 4 meses, embora vimos acompanhando o trabalho há 10 anos, como secretário-geral, aliás sempre preocupou as diretorias anteriores, é como levarmos ao idoso a oportunidade de se sentir útil e não como um peso morto dentro da sociedade.

Agora, vejamos V. Ex.<sup>as</sup> que temos uma situação muito delicada no Brasil. Não é só aqui em Brasília. Determinada família nos procura para colocar um idoso no lar dos idosos. Após uma longa conversa, explicamos como é, como deve ser tratado e pedimos que a família não abandone aquela pessoa. Pois bem, no primeiro mês, a filha ou a sobrinha ou quem nos procurou visita duas vezes. No segundo mês, já vai uma vez só, porque a criança estava doente, etc. Há milhões de desculpas. Depois, passa a ir de 6 em 6 meses; e depois não vai mais. Então, a nossa luta, também, é junto às famílias para ver se restabelecemos os laços afetivos entre a família e o idoso, que está num local separado, mas não está desvinculado afetivamente da família. Portanto, temos que desenvolver esse trabalho não só junto ao idoso, estimulando-o a desenvolver alguma atividade útil, que o faça sentir-se bem, onde ele se projete na sociedade, na comunidade, como, também, um trabalho junto às famílias, conscientizando-as, porque o idoso não é uma carga, ele é um potencial. E principalmente os jovens, pois é muito difícil a convivência dentro de uma casa, dentro do lar, no Brasil, em que não temos aquela formação de respeito aos velhos, de admiração aos velhos, de ouvir quanta coisa o idoso pode nos transmitir. Desenvolver isso na juventude, no adolescente. Sabemos que o convívio de três

faixas, estárias: o jovem, o adulto e o idoso, dentro de um lar, é difícil, por quê? Porque não educamos, a família não está preparada para este tipo de coexistência. Então, devemos desenvolver, também, um trabalho junto à família, não só de amparo ao idoso ou de promoção do idoso, ou de estímulo ao trabalho, à produção do idoso, mas, também, às famílias, para que elas tomem consciência de que o idoso não deve ser nunca uma carga dentro da família, mas aquilo que ele tem, e muito, de contribuição com a sua experiência de vida, que aquilo seja aproveitado, que seja respeitado dentro da comunidade familiar. Procurar desenvolver um ponto satisfatório, esse grau de afetividade que deve ligar a família ao idoso e o idoso à família.

No Natal, por exemplo, fizemos a festa natalina bem antes do dia 25 e V. Ex.<sup>as</sup> não imaginam a luta que tivemos para fazer com que as famílias fossem buscar o idoso para passar o Natal em casa. Quase precisamos levar o idoso e entregá-lo na porta. Não é que quiséssemos nos libertar do idoso. É que queríamos — na época do Natal, pelo menos — que os idosos fossem participar da festa com a família. Afinal, depois de muito conversar, de convencer algumas famílias, V. Ex.<sup>as</sup> precisavam ver a alegria, a satisfação — porque o idoso é amoroso, ele tem um potencial afetivo enorme — como eles voltavam felizes, com presentinhos que ganharam dos netos, dos filhos. Isso renova a vitalidade. Como dissemos, a Casa do Candango procura não ser paternalista, porque ser paternalista é dar assistência aos idosos, comida, vestuário, dar tudo arrumado e pronto!

Como sugestão à Constituinte, que se pensasse mais no idoso, não como uma pessoa marginalizada, como uma pessoa que não tem nenhuma contribuição a mais para dar à sociedade, mas que procuremos explorar esse potencial, dando-lhe oportunidade de produzir, de fazer alguma coisa pela comunidade. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Com a palavra a Dr.<sup>a</sup> Luciana Caetano Ribeiro, representante do Grupo Comunitário do Gama, DF.

A SRA. LUCIANA CAETANO RIBEIRO — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Somos um grupo de pessoas idosas, pois conseguimos de Deus a divina graça de alcançarmos uma longa vida, coisa que, infelizmente, nem todos conseguem. Formamos um grupo que é uma verdadeira irmandade — o Grupo Comunitário do Gama. Em todos os nossos encontros, contamos nossas novidades, falamos de coisas boas que conseguimos dentro e fora de nossas reuniões. De modo que, de certa forma, somos um grupo feliz. Precisamos, ainda, chegar àqueles que estão isolados, sofrendo sozinhos e calados. Tratamos todas as pessoas do Grupo com o devido respeito e valor. Nossas reuniões são semanais, sempre nas quartas-feiras, mas em caso de necessidade vamos em qualquer dia. Em nossas palestras, os assuntos são diversos. Nós oramos, cantamos, fazemos trabalhos manuais, organizamos bazares, fazemos teatro, horta comunitária, temos diversos cursos, ensinamos remédios caseiros, participamos de atividades da comunidade e reivindicamos o que nos é de direito. Quando conseguimos algum objetivo, a alegria é geral e sabemos agradecer com o coração, com orações e aplausos às pessoas que colaboram conosco.

Nós, os idosos do Gama, estamos fazendo um trabalho muito importante juntamente com o Sesc e a Primeira Igreja de Cristo, que nos cede as instalações para nossos encontros e terrenos para a horta. Ainda estamos lutando com dificuldades para conseguirmos tantas coisas que nos são de direito e de extrema necessidade. É preciso fazer saber que nós, os idosos, não estamos em condições de ficar esperando por decretos-leis, discussões e outras coi-

sas mais. O que queremos é ação, ação imediata, porque a vida do idoso é muito importante para a própria cultura e também para os adolescentes que muito têm para aprender e ensinar conosco.

Para a nossa ação crescer, é necessário que tenhamos um terreno para a nossa própria sede, onde construiríamos uma oficina para fazermos nossos trabalhos e termos um bazar permanente para expor e vender os nossos trabalhos e, assim, conseguirmos uma renda, pois artesanato é cultura, e bem digna de valor. Nesse mesmo terreno poderíamos levantar uma fábrica de fundo de quintal, para fazermos sabão, que tanto serviria para nosso uso como para vendermos. Queremos, também, um professor para ensinar alguns de nós a ler e escrever, pois muitos não tem leitura e isso nos faz muita falta. Gostaríamos muito de plantar e estamos fazendo uma pesquisa muito importante com ervas medicinais e remédios caseiros. Por isso, o ideal seria que nesse terreno houvesse espaço para continuarmos nossa horta, plantando nossas ervas medicinais, verduras e legumes para nossa própria nutrição.

Por falar em nutrição, muitos de nós não têm alimentos adequados em casa. Precisamos concretizar nosso mercado para termos gêneros alimentícios mais baratos. Muitos, além de não terem alimentação adequada, não têm nem mesmo sua própria moradia. Vivem pagando aluguel e nem sempre ganham o suficiente para ajudar. Muitas vezes, moram de favor ou vão parar em asilos. Esse é um problema grave. Somos uma cultura sem teto, precisamos urgente de uma solução para nossa falta de moradia.

E quantos de nós não conseguem se aposentar? Tendo trabalhado a vida inteira, chegam ao fim da vida sem ter o que comer, sem lugar para morar e sem renda para sobreviver. Que cultura é essa? Todo benefício da Previdência Social tem que ser, no mínimo, igual ao salário mínimo Direitos iguais para o casal. Não é justo o homem receber benefício ou pensão e a mulher ficar sem nada.

É tudo o que, realmente, reivindicamos; queremos transformar o nosso grupo em associação, para ficarmos mais fortes e sermos melhor ouvidos pelas autoridades.

Por enquanto, temos a "Comissão Mutuca", que, como o próprio nome diz, não tem muita força, mas incomoda bastante. Estamos sempre "mutucando", junto ao Governo Federal e local, para reivindicar nossos direitos, levando sugestões.

Em nossa tese anterior "Ainda é Tempo", que apresentamos no II Encontro Nacional do Idoso, em 1984, reivindicávamos o passe-livre para os idosos no Distrito Federal. Durante todo esse período, ficamos "mutucando", juntamente com outros grupos de idosos e aposentados, através de abaixo-assinados, manifestações populares, utilizando-nos dos meios de comunicação de massa e trabalho efetivo junto aos candidatos na primeira eleição do Distrito Federal, para aderirem a essa bandeira. Tivemos êxito.

Em janeiro deste ano, o Governador José Aparecido regulamentou, por decreto, passagem grátis nos ônibus aos idosos com mais de 65 anos. Como nem tudo é perfeito, nossa alegria não foi completa. Esqueceram-se de que a pessoa que completa 60 anos também é um idoso. Está cansado das lutas, muitas vezes sem aposentadoria ou desemprego, ou sem condições de conseguir um emprego. Então, porque não lhe deram também, o passe-livre? Continuamos "mutucando", reivindicamos um direito que nos parece não somente lógico, como de profundo sentido humano: o direito de trabalhar, quando em perfeitas condições físicas e mentais, de permanecer úteis e ativos dentro da sociedade. Esse direito ao trabalho remunerado, independente de idade, deve ser acompanhado da certeza de uma aposentadoria ou pensão justa para uma sobrevivência com dignidade.

É motivo de grande alegria escrever esta tese, pois, é dando-se opiniões claras e objetivas que resolvemos os problemas do Brasil, isto é, se tais idéias saírem do papel para a realidade plena e completa. (Palmas.)

Agradecemos a oportunidade que nos foi concedida nesta Subcomissão. Que o nosso grito ecoe pelos quatro cantos e comece a vibrar a partir de cada um de nós. Que as crianças, jovens e adultos vejam nos mais velhos um exemplo vivo de que vale a pena viver, de que juntos no amor, no respeito, na solidariedade, vivemos uma vida plena de sentido e significado. Vale a pena viver, mas não assim. A nossa vida é a coisa mais importante, mas se ela não está sendo respeitada, pois, existe muita falsidade, fome, violência, essas coisas pioram a nossa vida.

Devemos nos unir, nos amar mais, crer em Deus, lutar pelos nossos direitos, todos temos direito a uma vida melhor. Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Com a palavra o Dr. Jorge Cauí Júnior.

O SR. JORGE CAUÍ JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Represento aqui o Centro Espírito Sebastião, o Mártir, que mantém 6 departamentos assistenciais. Nós temos o Lar dos Velhinhos Maria de Madalena, com 150 idosos, temos uma creche com 100 crianças, em regime de internato semanal, temos um albergue com 160 leitos, que coloco à disposição de V. Ex.<sup>as</sup> para quando chegar alguém de suas terras, e não tiver para onde ir, mandem para lá, nós acolheremos com muito carinho, damos alimentação, damos toda a orientação. E temos também a Casa da Sopa, que serve 2 mil pratos por dia para os pobres que estão nas ruas; temos ainda a Casa da Mãe Solteira, onde atendemos e acolhemos as gestantes que são rejeitadas pela família, pelos pais. Temos ainda a Escola de Capacitação Profissional, com cursos profissionalizantes. A nossa obra é espírita, mas não temos preconceito religioso. Temos lá 95% de católicos, 5% de crentes e nenhum espírita.

Tivemos a felicidade de receber, quando Senadora, a nobre Constituinte Eunice Michiles, que nos visitou. Ficamos muito felizes de vê-la nesta Subcomissão, dado o seu coração grande e generoso, pelo qual demonstrou na sua visita à nossa Instituição.

Quero dizer a V. Ex.<sup>as</sup> que a nossa obra é conhecida no mundo todo. É uma obra modesta, mas foi construída na base total de amor: com telhas coloniais, tijolos à vista; toda ela cercada de jardins, flores, árvores; temos um pomar com duzentas árvores frutíferas; temos criação de galinhas, de patos; temos 140 canteiros de verduras, para a nossa manutenção. E a dificuldade que passamos é a de que lamentavelmente, o idoso ainda é muito esquecido, muito abandonado.

Nós temos lutado de unhas e dentes para manter a nossa obra. Mantemos um convênio com a LBA, Legião Brasileira de Assistência, que nos pagava uma diária de 27 cruzados, antes do congelamento. E com todos esses disparos do gatilho salarial, tivemos que nos manifestar, solicitando um aumento de imediato, para que as obras não fossem fechadas. Aumentaram 70%. Com esse aumento, estamos recebendo hoje, por uma diária, 45 cruzados por idoso, num montante de 203 mil cruzados mensais, para a manutenção desses velhinhos. Quero dizer a V. Ex.<sup>as</sup> que só a nossa folha de pagamentos, com 42 funcionários que trabalham no Lar dos Velhinhos, se juntarmos o FGTS e o INPS, há uma despesa de quase 180 mil cruzados, o que sobraria, então, 20 mil cruzados para a manutenção da nossa obra.

O idoso é um problema sério. Temos três categorias de idosos; o idoso abandonado, que não tem ninguém no

mundo, já traz um drama; temos o idoso rejeitado, que a família o joga na rua — esses têm um drama maior ainda, além do drama, trazem uma revolta muito grande —, e temos o idoso que tem família, mas é muito pobre, cuja família vai visitá-lo.

Agora, é chocante quando num caso de emergência, chamamos uma ambulância, que nos atende quando pode e quando não pode usamos os nossos veículos, e mandamos um idoso para o hospital. Chegando no hospital, num caso de emergência, de urgência, o médico olha para o idoso, como se fosse um bicho, e diz: "Ah, não vou olhar esse aí, ele está para morrer mesmo, pode levar para traz." Então, como V. Ex.<sup>as</sup> vêem, isso é muito chocante.

Temos tido grande dificuldade porque temos só um geriatra contratado pela LBA, que nos dá assistência. Esse geriatra, vai duas vezes por semana. Temos médicos voluntários: dois cardiologistas e um clínico, que nos dão assistência, também. Temos reivindicado, principalmente junto à LBA, com quem mantemos um convênio, técnicos para nos assistirem, ou seja, assistência psicológica, assistência social, que são assalariados pela LBA, mas nós os assalariamos também. Não temos condições de uma medicina preventiva. Para V. Ex.<sup>as</sup> terem uma idéia, recebemos idosos de todas as categorias de enfermidades, que chegando são acolhidos como ser humano.

Enterramos, em 7 anos e 2 meses, depois que a obra foi inaugurada, 182 idosos. Então, vejamos que a proporção de sofrimento, de estado de calamidade pública é muito grande. Não temos condições de dar um atendimento melhor, fazemos o possível, até promoções, sorteios, rifas etc. Nesse relatório, V. Ex.<sup>as</sup> poderão ver, na parte do Lar dos Velhinhos que fizemos um esforço mútuo, e no ano passado rifamos um carro, uma moto, uma TV a cores, um aparelho de som, para angariar recursos.

Agora, estamos num processo de defasagem muito grande. Propusemos à LBA fazer um aumento de acordo com a correção monetária, mas não tivemos uma resposta. Ainda, estamos esperando ser atendidos, porquanto não só a nossa obra, mas todas as obras de Brasília estão em colapso por falta de verbas do Governo.

Compramos um terreno de 32 mil metros quadrados, construímos 7 mil metros quadrados, através de campanhas, promoções, sem a participação do Governo. Hoje, é uma obra toda equipada. Até na parte médica temos aparelho de eletrocardiograma, todos os aparelhos necessários de emergência, e não temos ainda uma cobertura que deveríamos ter das autoridades.

É uma oportunidade muito grande estar entre V. Ex.<sup>as</sup> para dizer do problema dramático que vive o idoso. É muito triste vermos um idoso abandonado. Quando um idoso desencarna, temos na fila vinte a trinta para entrar no lugar dele. É uma calamidade! Quantos idosos estão pelas ruas abandonados, e não temos condições de resolver.

Nós temos uma aspiração muito grande, e queríamos pedir hoje aos Srs. constituintes que levem a Constituinte com bastante seriedade porque, creiam, se V. Ex.<sup>as</sup> foram escolhidos é porque do lado de lá, na vida espiritual, lhes apontaram como uma fagulha de luz, na esperança dos idosos terem dias melhores.

Não só Brasília necessita de um hospital geriátrico, mas todo o Brasil. É necessário um hospital geriátrico que trate só do idoso, para quando mandarmos um idoso para o hospital não ouvirmos o médico dizer: "volta para trás, porque está para morrer mesmo, não vou olhar."

Há um caso recente; de um idoso com câncer no tornozelo, estava uma coisa tão fétida, tão feia, tão triste, que tentamos durante 30 dias, em vários hospitais da cidade, a amputação da perna. Caso de urgência, de emer-

gência, constatado por vários médicos, e até hoje ainda não foi feita a cirurgia, está internado, está em tratamento.

São esses pequenos casos que vamos tomando conhecimento porque vivendo o dia-a-dia do idoso. O idoso é um ser alegre, é um ser que tem uma inteligência ainda muito grande, que proporciona, àqueles que o busca em uma visita, até orientações sadias, para a marcha da vida.

O idoso ainda sente as necessidades fisiológicas, eles têm desejo de se casarem, de ter uma companheira, e nós já fizemos, na nossa instituição, um casamento, inclusive, na época em que se casou o Príncipe Charles, e foi considerado o casamento mais importante do ano. Foi uma festa bonita, com mais de mil pessoas. Ela, com 60 anos, era solteira, e ele, com 82 anos, viúvo. Se uniram e viveram dois anos na maior felicidade. Acontece que ele desencarnou depois de seis meses, ela diz para mim: "quero me casar de novo, gostei". (Risos.)

Outra coisa, achamos muito triste quando se leva um idoso a uma instituição para ser acolhido. Não gosto e tenho pedido sempre que não usem a palavra asilo, que é muito chocante, vamos usar outra palavra, o Lar dos Velhinhos, um abrigo, como lá em nossa instituição onde eles se sentem à vontade, os portões são abertos, eles vão à cidade, no Núcleo Bandeirante, que dista a um quilômetro, fazem compras, voltam, e damos toda a liberdade. Eles se sentem felizes, se sentem seguros de ter um amparo que procuramos dar e, sobretudo, o amor que damos a eles, para tirar esse drama íntimo, essa tragédia que trazem na alma.

Então, tenho recomendado que os filhos assumam a responsabilidade dos pais, porque Jesus mesmo disse: "Honrai pai e a mãe, a fim de viverdes longo tempo na terra, que Deus vos dará".

É muito triste quando um filho leva um pai ou uma mãe para um abrigo ou para um lar de velhinhos. Certa vez, um cidadão, muito amigo, de categoria — e nós não recebemos idosos que tenham possibilidades financeiras, não cobramos um tostão de ninguém, a nossa obra é toda gratuita — que queria colocar o pai e a mãe, e nos ofereceu 10 mil cruzados para que os pais ficassem lá. Não aceitamos. Aconselhei: "você pode pagar, contrate uma enfermeira ou uma assistente, e fique com o seu pai em casa, não traga o seu pai ou a sua mãe para um abrigo. Tenha responsabilidade com eles". Se os filhos se responsabilizassem pelos pais, não teríamos hoje a necessidade de abrigos e de lares de velhinhos.

Tenho debatido muito, aqui, em Brasília, como líder comunitário, sobre problemas de áreas para construções. Além de cobrarem caro, é difícil se conseguir uma área; nós mesmos pagamos muito caro a nossa área para construir uma obra social, em benefício dessas criaturas que sofrem, pois ela beneficia mais ao Governo, do que a nós próprios. A Terracap, por exemplo. Há muitas entidades sérias que querem construir abrigos para idosos, orfanatos, etc. Conhecemos mais de mil obras sérias e honestas que querem construir, e a Terracap não libera os terrenos. Já propomos até fazer comodato, através da Fundação do Serviço Social, pelo seu secretário, e até hoje não tivemos uma solução.

Então, se tivéssemos mais obras sociais, teríamos menos velhos abandonados pelas ruas, teríamos menos velhos abandonados pelas famílias, e muito menos crianças perambulando, e passando para a marginalização.

Estamos honrados de estar aqui, e, ao encerrarmos pedimos a Deus que ilumine a todos os seus corações, suas mentes, para que V. Ex.<sup>as</sup> encarem com muita seriedade esta Subcomissão da Família, do Menor e do Ido-

so, e desempenhem bem as suas missões para que amanhã possamos erguer a cabeça e dizer: "Não temos mais idosos abandonados, não temos mais crianças marginalizadas, não temos mais famílias em transtorno, porque V. Ex.<sup>as</sup> deram, através da inspiração que trazem em seus corações, a condição de vida para essas famílias, para os idosos e para as crianças." Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Ao final, temos a Dra. Ana Helena Freire de Magalhães Campos, Assessora do SESC do Distrito Federal.

Antes, anuncio a presença do Constituinte Roberto Augusto, que é o Vice-Presidente desta subcomissão.

A SRA. ANA HELENA FREIRE DE MAGALHÃES CAMPOS — Sr. Presidente, Srs. constituintes membros desta Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, minhas senhoras, meus senhores, companheiros de trabalho:

Ao iniciar minha rápida colocação, como técnica que trabalha desde 1978, nessa questão do envelhecimento humano, na questão da velhice e do envelhecimento populacional, gostaria, principalmente, de convidar a Sra. Carmelina Pereira Fonseca, como representante do grupo dos mais vividos, que fará a entrega ao Sr. Presidente das teses apresentadas no III Encontro Nacional de Idosos, realizado pelo SESC, em São Paulo, em março deste ano.

A SRA. CARMELINA PEREIRA FONSECA — Estamos aqui representando o Grupo dos mais Vividos do SESC de Brasília, grupo esse fundado há mais de 8 anos. Temos 200 idosos, divididos em 3 grupos: na faixa etária de 55 a 65 anos, na maioria; os de até 87 anos, e os de 45 a 50. É um grupo heterogêneo.

Queremos, rapidamente, dizer o seguinte: em 1982, tivemos, em São Paulo, o I Encontro Nacional de Idosos; em 1984, também em São Paulo, o II Encontro Nacional de Idosos e, agora, em março, em 1987, tivemos o III Encontro Nacional de Idosos, em Santos. Todos esses encontros foram representados por pessoas idosas de todos os estados brasileiros, que levaram as suas reivindicações, suas propostas, seus apelos. Infelizmente, as reivindicações dos idosos não tiveram nenhuma receptividade por parte dos governantes, ficaram engavetadas por muito tempo.

O III Encontro realizado este ano teve, como objetivo maior, a Constituinte, para que as reivindicações, os apelos de todos os idosos do Brasil fossem ouvidos pelos Srs. constituintes. Todos esses apelos estão aqui, nessas teses do III Encontro, inclusive dos três encontros. Estão aqui, vou entregá-los ao Sr. Presidente, para que leia com bastante carinho, com bastante amor e veja as nossas reivindicações.

V. Ex.<sup>a</sup> são os grandes responsáveis pelo futuro deste País. Sabemos que as nossas reivindicações, se atendidas, não serão usufruídas por nós, porque isso é a longo prazo e quem somos nós para chegar até lá, mas serão pelos Srs. constituintes que são jovens, pelos nossos filhos e netos.

Esperamos que V. Ex.<sup>as</sup> elaborem a nova Constituição com firmeza, com mais justiça e que ela atenda realmente aos apelos do povo brasileiro, tão sofrido, que os idosos tenham uma velhice mais digna, mais justa, mais humana, que a nova Constituição seja tão boa, tão justa, que dure não apenas 40 ou 50 anos, mas 200 anos como a dos Estados Unidos da América. Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. ANA HELENA FREIRE DE MAGALHÃES CAMPOS — Como tenho pouco tempo e preciso aproveitá-lo para debater um pouco, permita-me ler uma mensagem que colocamos no convite-programa do I Colóquio Inter-

nacional sobre Políticas Públicas e Envelhecimento Populacional, promovido pelo Ministério da Cultura, Serviço Social do Comércio e Centro Internacional de Gerontologia Social, em março deste ano. Esse Colóquio convidava os Srs. constituintes, membros de movimentos sociais, especialistas, e cidadãos interessados nos problemas decorrentes das discriminações etárias, para um debate preliminar sobre o fato de que o Brasil elabora uma Constituição para um País que tem muitos jovens, quando, na verdade, está em pleno processo de rápido envelhecimento populacional.

O SESC acompanha e participa da ação social que ora se desenvolve no Brasil, para que os cidadãos de idade avançada tenham garantidos os seus direitos de participação plena em todos os aspectos da vida nacional.

Numerosos movimentos têm se manifestado junto às autoridades para que a Constituinte tome consciência dos problemas dos mais velhos. A aparente omissão dos órgãos da administração pública, o silêncio dos partidos políticos sobre a questão, revelam a complexidade do tema. O País está em vias de elaborar uma nova Constituição, em plena vigência do mito "Brasil, País jovem"! O mito se nutre da tragédia de mais de trinta e cinco milhões de crianças e adolescentes que carecem do amparo mínimo da sociedade. Enquanto isso, as pessoas com mais de 60 anos totalizam uma cifra de mais 10 milhões, em índice crescente e acelerado. Desta cifra, muitos vivem a plenitude de suas existências no campo da política, das artes, das ciências e do cotidiano. Restam outros milhões de velhos discriminados, despossuídos, desrespeitados e desamados. O drama desses cidadãos é vivido calado e anônimo.

Drama pessoal de um grupo que é minoria absoluta. O choro das crianças e o grito dos jovens abafam, sem saber, o humilhado gemido dos velhos.

É nesse contexto que diminuiu a taxa de natalidade e aumentou a longevidade dos mais velhos. Em outras palavras, o Brasil envelheceu, mas isso só se tornará evidente no final do século. Como deverá ser a Constituição que garanta o direito de envelhecimento dos velhos atuais, como minoria absoluta, e das crianças de hoje, que serão velhos num País envelhecido?

Esse primeiro colóquio tem como objetivo deflagrar o debate sobre e com a população brasileira, numa perspectiva que englobe todos os aspectos do envelhecimento no Brasil, seja no estágio intra-uterino, seja na etapa mais avançada da existência.

Acho que com esta mensagem, fica clara a postura, a filosofia, a metodologia da ação do Serviço Social do Comércio, quando não está preocupada somente com a velhice de hoje, e que entende que essa velhice, a situação dos atuais velhos, da geração mais velha do País, é um diagnóstico dessa sociedade, da estrutura social, econômica, política que temos.

Como estão vivendo as pessoas e os cidadãos que são vitoriosos nessa batalha da sobrevivência? Como é que eles chegam a essa etapa mais avançada da existência? E isso nos faz refletir sobre todo o nosso sistema de políticas públicas, nossa política de educação, de saúde pública, de habitação e de todas as outras áreas, e também sobre a nossa política social, pois esta tem que compensar o profundo processo de empobrecimento da população humana, ela tem que ser vista não só como um paternalismo, mas como um direito das classes e desse estrato por demais empobrecido da nossa população.

Nossa ação visa, e aqui temos um exemplo disso, facilitar e favorecer a mobilização, organização e o surgimento das lideranças da população, para que eles próprios, como sujeitos da sua história, façam as suas reivindicações, juntos com todas as outras instituições e outros grupos de

movimentos sociais, escrevam uma história mais justa para o nosso Brasil.

Não queremos que na nova Constituição a questão do menor e do idoso seja colocada de maneira como foi no Projeto Afonso Arinos, dentro da perspectiva tutelar, mas, sim, numa perspectiva de direito e garantia de cidadania e participação. E temos que ver quais são as decisões urgentes a serem tomadas no Brasil, enquanto definições estruturais, para que não tenhamos futuramente o problema do maior abandonado caminhando lado a lado com o do menor abandonado. A nossa responsabilidade não é só com a atual geração de velhos, mas com as futuras gerações dos que hoje são crianças, jovens e adultos.

O importante é que se criem instâncias de participação de todos os cidadãos na definição dessas políticas, e instâncias de participação não com o voto vencido, mas realmente com o voto que tenha direito a definir o encaminhamento dessas políticas de alocação de recursos do próprio orçamento e da destinação de verbas para a área de educação, saúde e de habitação.

Realmente, acho que devo parar por aqui e fico feliz, por um lado, em ver o nosso trabalho de 8 anos, com pessoas de classes populares, representadas aqui pelo Grupo Comunitário do Gama, que no início dos nossos trabalhos estavam completamente amordaçadas, não abriam a boca, diziam que nós, do corpo técnico, é que sabíamos o que era bom para eles, e hoje já conseguem participar, pela segunda vez, do Encontro Nacional de Idosos, elaborando em conjunto, as suas teses, num processo muito democrático, muito rico. Essa tese não foi escrita por um técnico, mas por eles mesmos, com suas palavras, com suas vivências, com suas experiências, com as suas visões da realidade. E muitas vezes escritas por outras pessoas e eles ditando, porque muitos não sabem nem escrever, ou não têm condições para escrever. Então, eles hoje, além de participarem desses encontros, conseguem chegar no Itamarati e dar o seu grito, conseguem chegar na Subcomissão da Família, do Idoso e do Menor e dar o seu grito. Sei que isso é uma gota d'água no oceano, porque, como eles mesmos disseram, a maioria dos cidadãos mais velhos está segregada, marginalizada e abandonada. Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Agora, sem demagogia, nós tivemos aqui duas reuniões muito bonitas: a primeira foi a da criança, foi uma reunião memorável; a segunda foi a de hoje, também muito bonita.

Temos inscritos seis Srs. constituintes: Vingt Rosado, Iberê Ferreira, Rita Camata, Eunice Michiles, João de Deus Antunes e Maria Lúcia.

Temos, também, um problema de tempo.

Gostaria de saber se os Srs. constituintes concordariam que as perguntas fossem formuladas, todas, para depois termos as respostas globalizadas? (Pausa.)

Muito bem! Essa é uma decisão que, regimentalmente, estamos tomando com os Srs. constituintes. Na oportunidade, veremos a ocasião das pessoas da platéia fazerem também as suas perguntas.

Vamos à primeira intervenção do nobre constituinte Vingt Rosado.

O SR. CONSTITUINTE VINGT ROSADO — Sr. Presidente, primeiramente, desejo parabenizar as competências com que as expositoras e o expositor transmitiram, a esta subcomissão, as suas idéias, e porque não dizer, as suas reivindicações.

Aprendi, Sr. Presidente, que há uma grande diferença, uma diferença muito grande, entre os idosos e os jovens: é que os idosos já foram jovens, e os jovens um



dã chegarão à velhice. Venho de uma família de 21 irmãos, e aprendi com o meu pai muitas lições, e uma delas não esqueço. O meu irmão mais velho, um dia, cometeu o desatino de puxar o paletó de um idoso na minha cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, e isso lhe custou uma sova, em bom estilo nordestino. (Risos.) Aprendi com ele que temos a obrigação de respeitar os idosos.

Gostei da expressão que foi usada por um dos expositores, ao invés de nos chamar de velhos, como possíveis entulhos da sociedade, nos denominou de mais vividos. Nós somos realmente mais vividos, e quero dizer que a par das seqüelas etárias que penalizam os idosos ou mais vividos, há que se ressaltar e se enfatizar a grande experiência que eles têm, que pode sempre ser utilizada, não só no trabalho físico, como no trabalho mental, a favor das gerações que vão chegando para atingir aquela idade.

Sou a favor da criança, e me perguntarão por que fiquei aqui? Fiquei aqui, Sr. Presidente, nesta subcomissão, porque meus pais tiveram uma descendência de 21 filhos, somos numerados em português e em francês. Todos nós homens somos Jerônimo, em homenagem ao meu pai, e as minhas irmãs todas se chamam Isaura, em homenagem à minha mãe. Somos padrinhos uns dos outros. Todos quando nasciam já tinham o seu padrinho escolhido, que era o seu irmão que o havia precedido no nascimento.

Gosto de ouvir aqui, como tenho ouvido e falado pouco, muitas lições, para depois, à base do parecer do Relator Eraldo Tinoco, opinar, mais conscientemente, a favor dos jovens e a favor dos idosos.

Jamais colocaria em termos de Erasmo de Roterdã, que um dia escreveu um livro "O Elogio da Loucura", em que dizia que nós admiramos e respeitamos a criança porque na sua inocência ela é louca, e os velhos, pela sua senectude, pela sua caduquice, também são loucos. Daí merecerem eles, as duas categorias de loucos, segundo Erasmo de Roterdã, a nossa admiração e o nosso respeito. Ele ressaltou essa idéia simpática, tão pejorativamente, de que respeitamos a infância e a velhice, pela condição que eles bem merecem.

Quero dizer, Sr. Presidente, que apoio inteiramente as reivindicações explicitadas pelo expositor e pelas expositoras. Esta reunião, realmente, é muito simpática, e até quebrei o meu mudismo, pois em algumas reuniões que participei tenho ficado calado, para dizer essas poucas palavras.

Os meus aplausos. Vamos cuidar da criança, sim, mas vamos também cuidar do idoso para tirar dele aquilo que foi bem ressaltado por uma expositora, aquilo que ele tem para dar à sociedade: a sua sabedoria, a sua experiência, e, acima de tudo, a sua calma, a sua moderação para decidir e orientar aos mais jovens.

Quero terminar, Sr. Presidente, dizendo da minha disposição de, com os demais membros desta subcomissão, poder levar ao Brasil, a este País imenso, continental, um pouco das nossas luzes, daquelas luzes que têm chegado tanto aqui através de vários expositores que têm sido felizes nas explicações de suas idéias.

Meus aplausos aos expositores, vamos cuidar dos idosos, dos jovens e da família, também. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Sábio foi o povo do Rio Grande do Norte que mandou V. Ex.<sup>a</sup> para cá.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Iberê Ferreira.

O SR. CONSTITUINTE IBERÊ FERREIRA — Senhor Presidente, Srs. Constituintes:

Apesar de não pertencer nesta subcomissão, ao grupo dos mais vividos, da idade mais vivida, inclusive, já havia reclamado a presença de pessoas mais vividas nesta subcomissão, felizmente tivemos hoje a presença de V. S.<sup>as</sup> representantes de entidades, e, para a minha alegria, essa presença foi além da expectativa.

Quero dizer que tenho a honra de ser conterrâneo do Constituinte Vingt Rosado, e que também, apesar de não ser dos mais vividos, sempre tive a preocupação, que acredito ser isso fruto da educação que recebi, de respeitar, sobretudo, os mais velhos.

Sempre tive a preocupação com os problemas dos idosos. Fui Superintendente da LBA no Rio Grande do Norte, apesar das dificuldades que encontrei. Dizia há pouco à Constituinte Rita Camata, quando S. Ex.<sup>a</sup> me falava das dificuldades em *per capita*, que lamentavelmente, vivemos na república das estatísticas, onde as pessoas acham mais importante as estatísticas do que o número real. Fica mais bonito, no fim do ano, num papel dizer: a instituição tal atendeu 10 mil idosos, porque se der em *per capita* real vai diminuir para 50% e os índices, talvez, não sejam tão agradáveis para aqueles que dirigem a instituição. Concordo inteiramente com o que disse o nosso representante aqui.

O que fizemos foi conseguir motivar as pessoas, voluntários do interior do Estado, para que elas viessem até a capital, onde temos um centro de convivência, para que pudessem, as mais interessadas com o problema dos idosos, participando, ser instruídas para instalarem centros de convivência dos idosos no interior. Esta foi uma experiência muito válida. E o nobre Constituinte Vingt Rosado ressaltou aqui, que entendo ser muito importante, que devemos aproveitar dos mais idosos aquilo que nenhuma universidade ensina, nenhuma faculdade do País, nenhuma escola, que é sua experiência. É fundamental que possamos aproveitar a experiência dos mais vividos exatamente para transmitir aos mais jovens, aqueles que vão enfrentar tantas dificuldades, tantas barreiras no decorrer da sua vida.

Queria perguntar aos debatedores a opinião deles a respeito desses centros de convivência, que me parece interessante. Há pouco conversava com a nobre Constituinte Rita Camata de que a imagem do mais idoso, inclusive a transmitida pelos meios de comunicação, é a imagem de uma pessoa impaciente, implicante. No meu Estado se diz até rabujenta. Na realidade, isso é fruto de quê? Quando a pessoa vai chegando aos 60, 65 anos, como muito bem disse aqui a Dra. Lourdes, os filhos ou nós mesmos, vamos logo dizendo: "não precisa mais sair nem trabalhar". E vamos instintivamente, sem nenhuma intenção, marginalizando-a. Então, no fim da tarde, no fim do dia, quando se reúne com a família, com os netos, aquele idoso passou o dia em casa, fora da realidade. Os netos chegam contando as suas experiências vividas durante o dia, os pais das crianças, da mesma forma e essa pessoa se sente marginalizada e, naturalmente, acho que essa implicância é até uma reação contra essa marginalização que colocamos.

Tenho um depoimento interessantíssimo: quando essas pessoas começam a frequentar o centro de convivência, quando chegam em casa elas não vão ficar marginalizadas, porque os netos contam a experiência da escola e elas contam também suas experiências do dia-a-dia, contam fatos que ocorreram. Então, essas pessoas se sentem úteis, e integradas na sociedade, e sendo integradas na sociedade elas se integram, com muito mais facilidade, à família.

Acho que o grande problema dos asilos, das pessoas que procuram asilos para levar os mais idosos, às vezes

familiares, é exatamente por isso. Já ouvi muita gente dizer: "mas eu tenho que levar a minha mãe, porque está destruindo o meu casamento". Eu já escutei isso. Tenho a impressão de que o centro de convivência pode evitar tudo isso, integrando o idoso e fazendo com que ele seja uma pessoa normal, participando e vivendo o dia-a-dia da nossa sociedade.

Apenas queria ouvir a opinião se realmente procede, se é correto que possamos estimular o centro de convivência.

Quero dizer também à Dra. Leda que incluí nas minhas propostas a que diz respeito à discriminação por idade, à segregação, e por fim, concordar com o que foi dito aqui, parabenizando a todos por este dia, por essas exposições, que foram tão importantes e tão úteis para todos nós que fazemos parte desta subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Está presente o Constituinte Sotero Cunha, que é um dos mais jovens. S. Ex.<sup>a</sup> é do Rio de Janeiro.

A seguir, ouviremos a Constituinte Eunice Michiles.

A SRA. CONSTITUINTE EUNICE MICHILES — Sr. Presidente, certa ocasião perguntaram a uma mocinha brasileira o que ela pretendia estar fazendo aos cinquenta anos. A resposta dela foi fixa: morta: Tal é a postura de aversão, vamos usar esta expressão, que a juventude tem em relação à velhice, ao pavor de envelhecer.

A Dra. Leda disse não aos asilos, não às clínicas geriátricas, não ao *apartheid*. Gostaria que S. S.<sup>a</sup> depois explicasse melhor isso. Agora, queria comentar aquilo que o nobre Constituinte Iberê Ferreira falou de centro de convivência. Eu sempre chamei de creche de idosos ou, vamos dizer, de semi-internados, como exatamente isso que S. Ex.<sup>a</sup> propõe, como um centro onde a pessoa idosa possa encontrar aqueles da sua geração, falar na sua própria linguagem aquilo que não tem dentro de sua casa.

Em contato com a LBA do Amazonas, tenho ficado muito entusiasmada com o trabalho que vem começando, de maneira muito tênue, mas que já está sendo feito, porque um dia uma senhora idosa me disse o seguinte: "Ave-Maria, eu hoje é que sou feliz". Por que ela usou essa expressão? Porque vivia subordinada ao pai, depois, ao marido e hoje, se considera livre. Vai às festinhas, aprendeu a dançar, está até namorando, enfim, ela começou a viver. Então, fiz uma reflexão: como é bom ser, às vezes, um idoso pobre no Brasil, porque ele é atendido pela LBA, enquanto que o de melhor situação econômica a família não admite, nem ele ir para um asilo. Então, fica dentro de casa, como disse o Constituinte Iberê Ferreira, marginalizado, sem ter com quem falar, sem trabalhar; quer dizer, fica o pobre do velho imobilizado, se sentindo um entulho. Conheço um caso muito próximo a mim, em que a pessoa idosa, aos 87 anos, está com obsessão porque a família precisa daquele quarto que ela ocupa e cada dia de manhã ela diz assim: "Meu Deus, por que eu não vou embora? Sei que a fulaninha está precisando deste quarto, ela de vez em quando vem aqui..." Portanto, é uma situação realmente triste.

Eram essas as reflexões sobre o caso. Apenas queria perguntar à Sra. Lourdes Cunha, pela qual tenho grande admiração pelo trabalho que é feito na Casa do Candango, como funciona o velho mais criança, ou são separados? Como isso funciona e se isso é bom?

Sr. Jorge, mais uma vez a minha admiração, o meu grande entusiasmo por sua obra. Ontem, dizia aqui que quando entra o ingrediente religião, as coisas mudam completamente. Tive a oportunidade de ver o trabalho de V. S.<sup>a</sup>, é um trabalho que recomendaria aos meus colegas, é algo fabuloso, a sua dedicação, o seu desprendimento, a sua

coragem, realmente uma obra que tecnicamente é muito boa. É um trabalho fantástico, e mais uma vez parabenizo-o. Sei que isso é fruto das suas convicções religiosas, do seu amor, enfim, daquela solidariedade que brota da religião e do amor ao próximo.

A Dra. Ana queria perguntar o seguinte: Por exemplo, uma família que mora num apartamento pequeno e tem uma pessoa idosa. Realmente, é difícil, a pessoa idosa fica presa ali dentro sem ter o que fazer. Não seria interessante um sistema, mais ou menos de creche, em que a família levaria de manhã e pegaria à tarde? Isso não poderia ser implementado no Brasil, ser incentivado, desenvolvido, não seria uma boa técnica, não seria uma coisa boa?

Agora, uma questão global para todos: tenho ouvido falar que é uma das aspirações, uma das reivindicações a criação de um órgão especial, dentro da Previdência, para traçar uma política social, o que não existe no País. Ainda não nos interessamos, até agora, em definir uma política social para o idoso.

Para concluir, a questão da aposentadoria: tive a oportunidade, inclusive, de tentar legislar alguma coisa nesse sentido. Primeiro, que o Imposto de Renda não incidisse sobre os proventos dos aposentados, e também que essa aposentadoria, no mínimo, fosse de um salário mínimo. Parece-me que isso foi falado aqui. Mas, então, a pergunta final seria a respeito desse órgão: V. Sas. acham que isso seria uma coisa boa e necessária, uma aspiração, ou isso não seria bom? Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — A seguir, concedo a palavra ao nobre Constituinte João de Deus Antunes.

O SR. CONSTITUINTE JOÃO DE DEUS ANTUNES — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, Srs. painelistas:

Fiquei muito tocado, porque tenho uma formação religiosa, por tudo aquilo que ouvi. Queria fazer uma colocação aqui, contando um fato verídico, ocorrido bem próximo da minha casa, há cinco anos, aproximadamente. Um cidadão com 75 anos de idade, com um filho apenas, viúvo, teve a infelicidade de não ser compreendido por aquele filho que o colocou em uma peça fria, úmida, e colocou uma porta de ferro com grade na entrada. Quando descobri o fato, na época eu era policial, procurei me informar dos vizinhos o que estava acontecendo. Aquele filho perverso, de índole má, dava uma vez por dia uma alimentação para aquele velhinho e água uma vez por dia, porque não queria carregar o fardo, como ele disse para os vizinhos, que era um fardo muito pesado.

Hoje, podemos dizer que o velho, o idoso, aquele que chegou a uma idade propecta, não é um fardo. Isso depende muito, talvez pudesse dizer que é uma questão de cultura, mas diria que é uma questão de ensinamento. Se hoje estou aqui debatendo, é porque o meu pai, de saudosa memória, e a minha mãe deram-me a oportunidade de chegar aqui. É uma questão de ensinamento. E dizia a Constituinte Eunice Michiles que quando entra a religião tudo muda. Realmente, tudo muda quando os nossos filhos são ensinados à luz da Escritura Sagrada. Dizia o Sr. Jorge que a Bíblia tem uma promessa, a maior promessa, que é respeitarmos pai e mãe, o primeiro mandamento como promessa. (Palmas) mas hoje estou que os idosos são considerados trastes, como pano velho que se joga pela janela. Não existe uma política governamental voltada para o atendimento e assistência ao menor. Eu denunciei da tribuna desta Casa, há um mês aproximadamente, o caso de uma idosa que me tocou, vindo-a na fotografia do *Jornal do Brasil*, sentada na rua, despejada que foi pelas autoridades. Vejam bem, ganhando 280 cruzados mensais e tendo que pagar 380 cruzados de aluguel. Dizia ela: "eu espero, agora, que alguém tenha misericórdia de mim".

O idoso não pode viver de misericórdia, o idoso não pode viver de piedade de ninguém. Ele deu, ele fez, ele ajudou o progresso desta Nação. Ele construiu este País. E se nós, meus prezados amigos — eu posso dizer assim — não formos realmente iluminados por Deus, se não colocarmos o nosso coração em cima desta Constituição, não pelo fato de que amanhã nós também seremos idosos, mas pelo fato de que devemos entender que é necessário deixar um legado, uma herança para aqueles que vêm atrás para que eles possam se lembrar, não pelo fato de que deixamos o nosso nome registrado nesta Casa, mas para eles se lembrarem de nós e dizer: “homens e mulheres inspirados por Deus, dirigidos pelo espírito de Deus, colocaram acima de tudo os seus sentimentos e valorizaram o homem e deixaram que ele — o homem, no sentido genérico — tivessem nos seus últimos dias, um pouquinho mais de amor, um pouquinho mais dos nossos sentimentos e, com honra e com classe, como disse o Sr. Jorge, desencarnaram, morreram”.

Meus amados, prezados e, posso dizer, queridos irmãos — porque, aqui, sei que há pessoas que têm o mesmo sentimento que eu — se, simplesmente, viermos para cá para agradecer a “A” ou a “B”, agradecer o Governo ou a política governamental, não vamos fazer nada. Eu espero, como dizia uma das panelistas, que não só venhamos a criar hospitais geriátricos nesse ou naquele Estado, mas que tenhamos ambulatórios em todos os rincões, como no Rio Grande do Sul, com a assistência do Governo. Eu dei, durante dez anos consecutivos assistência ao Hospital Nossa Senhora da Conceição, em Porto Alegre, onde chegava diariamente para dar assistência, levando uma maçã, levando uma bala de goma, levando alguma coisa para aquelas pessoas abandonadas no hospital. Há dias, na última visita que fiz a Porto Alegre, visitei uma clínica geriátrica particular, onde chorei, junto com aqueles idosos — homem chora, também —, alguns já não conseguindo mais falar, outros com 35 quilos, abandonados pela própria família. Isto não pode continuar, isto nós temos que modificar e Deus espera de nós.

Não vou continuar, estou tocado no meu sentimento de homem. Quero agradecer, porque ainda existe alguém que se preocupa com os idosos. Amanhã, nós também chegaremos a esse estágio, o da nossa idade propecta.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Muito bem!

Temos presentes o Monsenhor Pirre Primeau, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e da Assessoria Pastoral da Família. (Palmas.)

Temos presente, também, o ilustre Pastor Geraldo Borges e, com muita honra para nós, temos presente o nobre Constituinte, que não é desta Subcomissão, Cardoso Alves, que está ali de cabelos brancos, dizendo que veio nos visitar. Muito obrigado.

Agora, com a palavra a Constituinte Maria Lúcia.

A SRA. CONSTITUINTE MARIA LÚCIA — Sr. Presidente, Srs. Expositores, eu me emocionei com a palavra do nobre colega Constituinte, e quero parabenizar a todos os expositores por estarem aqui contando a situação que vivem e estão prestigiando esses velhinhos, essas pessoas idosas.

Em meu Estado, há uma casa de velhos, que achei por bem modificar o nome. Era “Asilo de Velhos”, e coloquei o nome “Lar da Sabedoria”, porque ali estavam pessoas capazes de nos ensinar bastante pelo muito que tinham vivido. Então, modifiquei. Ao contrário do que a Dra. Maria de Lourdes faz na Casa do Candango, S. S.<sup>a</sup> leva pessoas, estudantes, jovens, para fazerem um trabalho lá, eu faço com que os idosos passem aos jovens aqui-

lo que eles tenham aprendido na vida. Isto faz com que eles se sintam felizes e úteis. Então, quero me parabenizar com V. S.<sup>a</sup> e com todos os presentes porque até existe um programa na televisão — pessoas idosas, senão me engano —, parece-me que o nome é Rodolfo Meyer, em que ele faz perguntas a todas as pessoas em casa e se ninguém responde ele diz: “velho não serve para nada”. Acho que todos vocês já devem ter assistido a esse programa. E isso não é proibido.

A pessoa idosa vive dentro de casa, relegada, causando transtornos, por isso acho maravilhoso haver quem tome conta de pessoas idosas e de crianças. Dedicuei-me, dentro do meu Estado, a trabalhar com essas pessoas carentes.

Estou apresentando, agora, na Assembléia Nacional Constituinte a sugestão de que sala da remessa de lucros das companhias internacionais uma pequena taxa para que possamos dar amparo às crianças e às pessoas idosas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Por sugestão do Constituinte Eraldo Tinoco, nosso Relator, estamos convocando a subcomissão para terça-feira, a partir das 9 horas, a fim de termos uma reunião nossa. S. Ex.<sup>a</sup> deseja montar o relatório na forma de mutirão, e pede que estejamos presentes para a reunião que, do ponto de vista do nosso trabalho, poderá ser a mais importante.

Temos a presença do Professor Paulo Roberto Guimarães Moreira, economista, mestre em filosofia, que está acompanhado de Paulo Amorim. S. S.<sup>a</sup> pede que esta subcomissão lhe conceda o tempo de até 5 minutos para que possa falar sobre o idoso deficiente. Como vêem, S. S.<sup>a</sup>, está em cadeira de rodas, na condição de pessoa portadora de deficiência e queria falar sobre a situação do idoso portador de deficiência.

Ainda temos inscrita a nobre Constituinte Rita Camata. (Pausa.)

S. Ex.<sup>a</sup> prefere ceder o seu tempo para ouvir o Professor Paulo Roberto Guimarães Moreira.

O SR. PAULO ROBERTO GUIMARÃES MOREIRA — Sr. Presidente, Srs. constituintes, prezados companheiros:

Tenho usado como estratégia — já tenho falado em quase todas as subcomissões que nos dizem respeito — um discurso lógico, porque as emoções — nós, latinos, somos muito emotivos — passam e acabamos não fazendo quase nada. Os anglo-saxônicos são muito menos emotivos, mas muito mais eficientes na preparação da sua sociedade. Temos que compatibilizar essas duas coisas. Mas, surpreendentemente, enviei telegramas para todas as subcomissões, mas não para esta aqui. Talvez do ponto de vista freudiano dê para se entender, porque a minha relação familiar não foi nada agradável! Quando eu faço exame de consciência, verifico que o que me levou para a cadeira de rodas foi o desespero pela repressão que sofri, no interior de Minas Gerais, da sociedade como um todo e da família, em particular.

Portanto, escolhendo os termos aqui, verifiquei que — e pense que o meu acidente foi uma espécie de suicídio inconsciente — esta subcomissão é a mais importante para nós — de repente, surpreendentemente —, porque cada item que vejo no documento que transcrevemos, do documento que lutamos para elaborar, por mais de um ano, vejo que todas as questões são provenientes da convivência familiar. E a questão da família é fundamental, porque a família burguesa é, historicamente, determinada. A família grega era uma família que não tinha, dentro da sua política, a economia porque esta estava nas mãos dos escravos. Era uma família

política, a nossa é uma família econômica, fundamentalmente.

A família feudal era um clã coletivo. Portanto, a família burguesa — com pai, mãe e filho, que Hegel enxergou tão bem — é uma família historicamente determinada, que está em franca transição, em franca crise. O Viá-ninha dizia o seguinte: “A única maneira de dominarmos a tragédia é olhando nos olhos dela”. Não adianta queremos colocar creme de chantilly em cima daquilo que é feio. A família está em crise e nós temos que admitir isso. E somos fruto dessa crise. Ali brotam as nossas deficiências. Por isso, é bom verificar que desenvolvimento não é afirmação de virtudes. Uma mulher bonita que quer cada vez mais ficar mais bonita, acaba se tornando ridícula. Um banqueiro que quer cobrar cada vez mais taxas de juros, acaba matando a “galinha dos ovos de ouro e depois não terá de onde tirar juros”.

Desenvolvimento é um movimento de dentro para fora, é a negação de deficiências, é a superação das deficiências. A nossa sociedade, enquanto não encarar isso, enquanto não olhar para a sua parte fraca, não se desenvolverá. A deficiência não é nossa, ou dos nossos segmentos; a deficiência é um problema de todos nós. Nós precisamos compatibilizar a identidade com a diferença, como disse Celso Furtado. (Palmas.) E os velhos, os menores, as mulheres, os portadores de deficiências os índios, os negros, historicamente deserdados, herdarão a cultura. Disso não tenho a menor dúvida.

Cada vez que leio um item deste aqui, vejo que remete à família: a questão da indiscriminação: “Todos são iguais perante a lei”; a questão da prevenção das doenças, tudo isso começa na família; a questão do direito à habitação e à reabilitação, tudo isso é família; a questão do direito à educação básica, educação, proibir diferenciação. Conceder dedução, este não é um aspecto familiar, um dos raros casos que não começa na família. Regular e organizar o trabalho que muitas vezes é doméstico. No Japão, grande parte do trabalho é doméstico.

Transformar a aposentadoria por invalidez. Essa questão da invalidez, muitas vezes, é atribuída dentro de casa: “Você é inválido ou você é válido”. É o poder que traça quem é normal e quem não é normal.

O poder e a cultura. Nós, então, ficamos subjugados por valores culturais que temos que mudar.

É por isso que vejo, com muita alegria, a Dra. Leda, pois onde ela vai, eu falo que está em boas mãos. Não sei nem porque entro. Talvez, porque tenha um enfoque diferente, para complementar o trabalho dela, porque a nossa questão é cultural.

Continuo lendo: “garantia ao livre acesso aos edifícios públicos”. Quantos pais vêem o filho atravessar sistematicamente obstáculos e não os removem? Eles até se divertem com os obstáculos, até se sentem superiores com os obstáculos? Garantir o esclarecimento às instituições de ensino. Garantir o direito à informação, isto começa dentro de casa. O pai fascista é aquele que não informa, não discute. O fascista, simplesmente, estabelece as leis e faz com que se cumpram.

Então, vejo agora, no final desse trabalho magnífico que foi feito, que esta subcomissão é das mais importantes. É a mais importante. Descobri isso agora. E peço a V. Ex.<sup>as</sup> que levem isso em consideração. Mandei tirar cópia dos documentos e vou entregá-los a V. Ex.<sup>as</sup> Gostaria de trabalhar com os Srs. Constituintes o tempo todo para que possamos viabilizar a herança da cultura, que precisamos pegar para não ficarmos à margem dela, como dizia Hegel: “o senhor é o escravo do escravo”, porque ele perde conta-

to com a realidade. Enquanto houver um discriminado, a liberdade não existe para ninguém. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Agora, ouviremos os nossos debatedores, para que possam fazer as suas considerações.

A DRA. MARIA LEDA DE REZENDE DANTAS — Sobre as instituições, gostaria de dizer o seguinte: não é possível pensar uma sociedade urbana, industrializada, sem entidades de amparo às pessoas mais fragilizadas. A clínica geriátrica, esse tipo de instituição, não só é necessária, como é um direito que existe. O que devemos ver é o que os sociólogos chamam de o efeito perverso da ação social.

Há poucos anos, uma amiga foi procurar um lugar para colocar uma pessoa em Porto Alegre e não achou, a não ser quatro lugares que ela considerou insuficientes. Menos de 5 anos depois, ela foi fazer um estudo e havia mais de 20 entidades dessa ordem. Reparem V. Ex.<sup>as</sup> a questão do padrão cultural que se estabelece. Se estamos numa sociedade de mercado, na medida em que criamos um produto, entretemos o consumidor. Não sou contra, muito pelo contrário, sou uma pessoa que não teria força moral e psicológica para enfrentar um asilo de velhos, por exemplo, com o nome eufemístico que tivesse: lar, repouso, etc. Não teria condições psicológicas de passar 24 horas, porque cada vez que vou a uma casa assim só ressuscito porque tenho um marido e dois filhos que sabem fazer Do-In, porque toda a minha energia fica lá, as pessoas ficam melhores, mas eu fico muito pior. O que se vê nessas entidades não é fácil.

Ao invés de falar dos absurdos que existem no Brasil, gostaria que as pessoas que sabem inglês lessem esse livro para saber o futuro do Brasil, caso numa sociedade onde a medicina é comércio, quer dizer, onde não seja medicina socializada, o que acontecerá conosco e nossos filhos, caso sigamos o modelo atual da medicina brasileira e o modelo atual de obras assistenciais, que não tem um órgão específico para fiscalizá-los? A LBA fiscaliza as obras que subvenciona, mas não existe nenhum órgão que proíba ou fiscalize os padrões higiênicos, morais e financeiros dessas obras. Isto é realmente um descalabro, e sabemos que num país pobre, a maior indústria é da pobreza e da miséria. Então, ao lado dos abnegados, que dão as suas vidas para esse assunto, há aqueles que vivem disso, como há pessoas que vivem de câncer, há outros que vivem de loucura, há pessoas que vivem da velhice e, no Brasil, aumenta esse número, cada dia. Alguma pessoa que queira ficar rica, em 3 anos, é só alugar ou usar sua própria casa, principalmente no lago sul, uma casa bem sofisticada, e colocar umas empregadas domésticas vestidas de branco, conseguir que um médico passe diariamente por lá correndo, entre os seus 4 ou 5 empregos, ponha um terapeuta ocupacional, porque vejam V. Ex.<sup>as</sup> que o desposseimento da velhice é de tal ordem que há entidades que fazem os velhos trabalharem e se não trabalharem eles são excluídos dos grupos, e chama isso de terapia ocupacional. Eles tiram a própria dignidade do trabalho e fazem do trabalho um serviço à pessoa. Então, teremos lá um terapeuta ocupacional, e, talvez, alguns tocando o seu instrumento, que será chamado de bandinha. Quer dizer, ao idoso lhe é tirado até a dignidade do seu instrumento. Ele é infantilizado nessas instituições. Então, repito, é impossível uma sociedade civilizada sem entidades de amparo aos mais frágeis. Agora, a fragilidade não é um defeito. Eu não vou querer tomar chá numa xícara de ferro e não vou querer ter um pilão de porcelana. Então, a fragilidade do velho é um fato; agora, não é um fato em nada passível de discriminação.

Vejam a questão das instituições brasileiras: um ato dignitário do governo atual veio dizer, outro dia, que já havia resolvido o problema da velhice no Brasil, que

ele faria uma rede de creches, ao longo do nosso Território. Em face da colocação, achei melhor usar a linguagem como arma, olhei nos olhos daquele cidadão e perguntei: já tentou a eutanásia? Porque, Srs. Constituintes, passar por toda aquela saga de não morrer de mortalidade infantil, nem de parto, nem de acidente de trabalho, nem acidente de trânsito, e chegar ao ponto de para sobreviver ter uma madrinha? Houve até uma fase em que se adotaram idosos. Outro dia, iria a uma casa de idosos, depois eu disse: eu não vou, porque vão as madrinhas todas eufóricas.... Uma coisa que não falamos nesta subcomissão é a desgraçada situação da mulher que se ache benemérita, mulheres que não têm nome, que são esposas de "a", "b" ou "c", que primeiro se identificaram pelo pai que tinham, depois pelo namorado, depois pelo noivo, depois pelo marido, depois filho, e, finalmente, pelo neto. Essas mulheres são exploradas pela sociedade, elas são usadas naquilo que têm de sentimental para trabalhar muito em torno da miséria; em torno dessa miséria elas ficam absolutamente traumatizadas e nunca pensam onde é que está a fonte dessa miséria. Então, essas senhoras deixaram os seus cabeleireiros, deixaram suas manicures, seus massagistas, deixaram tudo de bom a que têm direito, para serem mães adotivas. Não sei se era avó de velho, ou se era mãe de velho, mas sei que adotavam o velho. Fui assim mesmo. Quando cheguei lá, encontrei Marta, que é irmã de um Almirante, tia de médicos, aqui em Brasília, internada em uma dessas casas junto com mendigos, pobres. E Marta estava totalmente desvairada: "que bom que você chegou". Eu lhe disse: "o que foi?" Tem tanta gente. Exatamente isso, Leda, eu não agüento essas pessoas me fazendo de idiota, me chamando de vovozinha. Eu, que sou uma solteirona, me fazendo de boba, rindo de um jeito que eu nunca ri para ninguém". Entenderam? Então, reparem, essas obras se tornam a caricatura do absurdo, não porque os seus dirigentes o queiram, mas porque a sociedade entende assim.

Um dia, uma estagiária verificou que um milionário português, internado numa dessas casas junto com os mendigos e com os pobres, tinha sido internado dopado, então. Essa pessoa me falou e eu fiquei sem saber como comunicar este fato à diretoria. Finalmente, me armei de toda a minha ética profissional e fui falar com o diretor. A pessoa riu triste e disse: "Leda, você acha que alguém entraria aqui noutras circunstâncias?"

Bem, sumiu uma pessoa do grupo dos mais vívidos que criamos, em 1978. Procuramos a pessoa, ela não foi achada. Pensamos que havia voltado para o seu Estado de origem. Um dia, fomos visitar uma obra, aqui em Brasília, e soubemos da história: que uma filha tinha levado a mãe, a convite, para fazer o cabelo, deixou-a nessa obra e não voltou. Essa senhora fez uma greve de fome.

O que aconteceu? Uma pessoa amiga minha, psicóloga, estava muito feliz porque tinha conseguido quebrar a resistência daquela senhora e feito com que ela comesse. Ninguém pôde usar o art. 243, do Código Penal, que penaliza aqueles filhos que abandonam os seus pais. Quer dizer, o uso das profissões inabilitantes, em nosso meio, além de serem já em princípio inabilitantes à minha profissão, ao serviço social, à psicologia, à medicina, ao direito, da forma comercial como ela se aplica no nosso meio, às vezes, o próprio sentimentalismo de que falava o meu companheiro do Ministério da Cultura, faz com que a pessoa se desorienta. Em vez de chamar o advogado, chama o psicólogo para quebrar a resistência daquela senhora.

No ano passado, os jornais deram, com muito alarde, que nove senhoras haviam sido assassinadas numa obra protestante, em São Paulo. Depois de muita confusão, verificou-se que não: haviam sido assassinadas, houve ape-

nas um lapso. Em conseqüência, elas tinham morrido por remédio contra pioelho. Foi um escândalo. Tive que escrever à imprensa, dizendo o seguinte: "veneno contra pioelho mata, e mata nove agora, o abandono da família mata milhões sem que saia nos jornais". (Palmas.)

Este ano, numa obra em que há 1 mil e 200 idosos abrigados, alguns vivos, estão ali há mais de 35 anos. Imaginem, com que idade cronológica essa pessoa se tornou um velho biológico ou social? Há 35 anos existem pessoas internadas naquela obra. Neste ano, morreu um velho chamado "deficiente". Pois V. Ex.<sup>as</sup> sabem como se usa a metafísica: se toma a parte pelo todo, e uma pessoa que possui ou conduz ou tem que elaborar com uma deficiência, ela é tachada de deficiente. Fosse Paulo Roberto uma pessoa menos eficiente ou eu, com a minha capengue, não estaríamos aqui. É preciso uma overdose, uma eficiência para conseguir viver numa sociedade discriminatória. Então, esse idoso, que seria chamado "velho deficiente", por ser portador de uma deficiência, doente, foi esquecido dentro de um chuveiro e morreu queimado, lentamente.

Estou falando essas coisas agora, porque falei de uma maneira muito racional antes do Paulo chegar. Dei, em poucas pinceladas, o fato de que estamos na vigência da família burguesa, não "burguês" no sentido separativo, mas como uma formação social.

Tenho a minha disposição e poderia trabalhar com os Srs. constituintes por mais tempo, porque sei que não é da formação profissional de todos, pensar família do ponto de vista da sua história social e da sua sociologia. De modo que, se for útil, Ana Helena, Paulo e eu estamos numa vigília cívica, cancelamos nossas viagens, para, simplesmente, estarmos à disposição de V. Ex.<sup>as</sup> para que possamos ver como a educação, a comunicação, a família são os elementos básicos da microfísica do poder. Como vamos fazer para que a velhice não seja vista como algo de tocar os corações e fechar os olhos? Quer dizer, o que escrevemos no I Simpósio de Políticas Públicas, permanece: "a velhice tem que ser vista pelo lado afetivo, mas tem que ser vista de forma racional, como o diagnóstico final e real de uma cultura." Posso chamar a criança de "cidadão de amanhã", mas ao idoso não posso chamar de amanhã, porque o amanhã dele é hoje. Então, o idoso é a "prova real dos nove".

Estou muito preocupada, porque antontem ficamos nas Garantias e Direitos Individuais até mais de 3 horas e sei que V. Ex.<sup>as</sup> têm um horário mais restrito, no dia de hoje, porque têm outras obrigações.

Mas, o que quero dizer sobre o idoso queimado no chuveiro e das nove idosas que morreram é que a imprensa só cuida dos casos dramáticos. Por exemplo, a imprensa chegou aqui e quando viu que se falava sobre o idoso foi embora; eu falei antontem também, e ela foi embora. Falei sobre as minorias e a imprensa foi embora. Porque isso não dá Ibope. Fizemos um colóquio e houve coisas realmente importantes e isso não saiu na imprensa. O Paulo Roberto fez uma manifestação com os portadores de deficiência aqui, no Congresso, e que também não saiu na imprensa. A sorte é que a imprensa não soube daquele caso do chuveiro, senão estaria em todos os jornais a notícia.

O que quero dizer é que temos que saber, na cultura brasileira, nesse estágio de família, sobre o direito do cidadão terminar os seus dias. Ele deve terminar os seus dias em instituições segregadas? Se a resposta é afirmativa, então, vamos fazer os melhores centros para idosos. Aí vem a questão da convivência, Sr. Constituinte, os centros de convivência. Volto a falar dos aspectos perversos da ação social. Ana Helena, o Pastor Geraldo e eu so-

mos culpados ou responsáveis por termos criado os Grupos dos Mais Vividos e o Comunitário do Gama.

É uma coisa má? Não! É uma coisa boa. Faz muito malefício às pessoas? Faz! Então, é preciso que se faça a ação social e dialeticamente se denuncie e se corrija os maus efeitos das boas coisas que se faz.

Reparem V. Ex.<sup>as</sup> que quando criamos o Grupo dos Mais Vividos, era para ser um grupo de 20 pessoas, porque não é bom chamar uma pessoa de mais vivida, isso é nome para grupo, não é nome de pessoa, que já tem o seu de batismo. Esse grupo, quando saímos, pela primeira vez, de Brasília para fazer uma viagem a Caldas Novas, fomos tremendo e voltamos tremendo só em pensar quantos morreriam na viagem, porque a situação era precaríssima. Essas pessoas não só não mais abriam a boca para falar, como também não iam a lugar nenhum sozinhas, não subiam nem um patamar. No entanto, hoje estão no Nordeste, e vão para os lugares que querem ir, administrando seus próprios lazeres, porque superaram aquela fase. O que aconteceu, pois, isso é verdade para o Sesc, Sesi, LBA e todas as organizações compensatórias do nosso regime econômico? Acontece que essas entidades, esses profissionais vivem disso, e as coisas começam a ser incrementadas, porque um grupo de pessoas de idade é para ser transitório, onde as pessoas passam para poder se ressocializar e ir à luta; quer dizer, ir às associações de moradores, associação de aposentados e pensionistas. É aquele primeiro reforço para que as pessoas saiam. Agora, na medida em que temos grupos com 200 idosos, a maior parte está dormindo e uma liderança se institui ali dentro. Ora, se vivemos 20 anos de autoritarismo, é natural que uma associação de idosos tenha uma presidência, ou uma diretoria autoritária. Não poderia ser diferente!

Então, estamos invadidos pelo eufemismo do planejamento familiar. Que eu saiba, desde a década de 60, fui incluída numa lista para ganhar em dólares para não queimar a expressão "planejamento familiar". Se já estava há mais tempo, não posso dizer. O que é o planejamento familiar, hoje, no Brasil e nas outras nações do Terceiro Mundo? São as práticas da contenção da natalidade, pura e simples. Tudo bem! Não vamos poder expulsar do Brasil nem os dólares, nem as cento e trinta instituições que cuidam disso. Então, queria que houvesse uma salvaguarda: ou esses movimentos passam a se chamar controle da natalidade, ou quando trouxer o eufemismo "planejamento familiar", quer dizer, só poderiam ser registrados, só poderiam funcionar como planejamento familiar, aquelas entidades que tomassem a família como unidade de serviços não o número de pessoas que nascessem, mas que estivesse previsto o planejamento de renda, de habitação, de saúde e de educação. Isso seria o mínimo que poderíamos fazer pela preservação da soberania nacional. Quer dizer, se se chamar planejamento familiar, é preciso ter garantias de que todas as instâncias da vida familiar foram planejadas e não só o número de filhos. Nesse caso, então, temos no Brasil bastante exemplos...

O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA — V. S.<sup>a</sup> poderia repetir esse conceito, quais os aspectos englobados?

A DRA. MARIA LEDA DE REZENDE DANTAS — Que a partir da Constituição não se pudesse registrar, existir, ou funcionar, no território nacional, nenhuma entidade que usasse a expressão "planejamento familiar", a menos que tomasse a família como unidade de prestação de serviços, incluindo desde os serviços de saúde fetal até o direito de morrer, que para muitos idosos está sendo negado, atualmente. Quer dizer, até o direito de morrer!

(Palmas.) Planejamento habitacional, sanitário, de renda, de educação e de participação na criação e usufruto da cultura.

O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA — Que expressão V. S.<sup>a</sup> usaria para substituir? Veja bem, isto é uma coisa que já faz parte de políticas assentadas no Terceiro Mundo, é uma terminologia que já faz parte de toda uma literatura e com isso V. S.<sup>a</sup> está abrindo um campo novo para uma discussão conceitual.

A DRA. MARIA LEDA DE REZENDE DANTAS — Exato! Essa mudança foi feita, tanto quanto eu saiba, no princípio da década de 60, e hoje eu só não estou passeando como Consultora internacional e ganhando em dólar, eu e outras pessoas do Movimento Ecumênico Protestante, porque nos recusamos a simplesmente nos comprometer de não queimar a expressão "Planejamento Familiar e Paternidade Responsável". Jamais falei isso, não porque ganhei nenhum dólar, mas porque não quis entrar nessa discussão. Mas, diante da Constituição que se elabora, não posso me calar.

Não é que não se possa ter, porque não tem mais saída, isso já está no País, as instituições internacionais, inclusive, influenciam na própria eleição de nossos representantes. Então, é impossível, do ponto de vista pragmático, tentar dissolver essa influência. Agora, na medida em que é um eufemismo, porque planejamento familiar, por definição, inclui a noção de totalidade e o conceito de família é muito conhecido em toda a sociedade, tanto ocidental como oriental, mudando apenas as formas. A se usar o conceito, ou vamos falar de controle da natalidade, ou vamos falar de planejamento familiar; agora, se vamos falar de planejamento familiar, temos a obrigação ética de fazê-lo. Quer dizer, esses problemas que a Constituinte colocou, são os mais terríveis. Uma casa da SHIS, uma casa do Sistema Habitacional Brasileiro, não tem lugar para idoso, uma casa da classe média, um apartamento de quarto e sala, dentro das tradições adversas da nossa cultura, pode abrigar a casa grande e senzala; quer dizer, os edifícios da classe média têm lugar para empregada, têm elevador especial para os serviços, mas não têm lugar para os seus maiores.

Se V. Ex.<sup>as</sup> olharem qualquer livro de sociologia da família, ele se restringe à família enquanto unidade reprodutora de população, não se fala dos avós e dos bisavós. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Gostaríamos demais de continuar ouvindo a Dr.<sup>a</sup> Leda, mas temos os outros debatedores e as perguntas foram dirigidas também a eles.

Antes, quero anunciar a presença dos Constituintes Artur da Távola, Relator da Comissão Temática, e Ervin Bonkoski.

Tem a palavra a Constituinte Eunice Michiles.

A SR.<sup>a</sup> CONSTITUINTE EUNICE MICHILES — Dr.<sup>a</sup> Leda, congratulo-me com a senhora, que é realmente uma grande expositora.

Agora, fiquei na mesma. Primeiro, queria dizer o seguinte: venho militando há muito tempo a favor do planejamento familiar, há muitos e muitos anos, por uma circunstância que me levou a morar no interior do Amazonas e ver mulheres, não tendo filhos, não em delírios, mas parindo, desculpem a expressão, parindo como animais. Isto me marcou como um ferro em brasa e me fez durante toda a vida ter por esse tema até um zelo missionário.

Agora, o aspecto que V. S.<sup>a</sup> levantou de que poderia estar ganhando em dólares, passeando etc., eu gostaria de

dar um testemunho: sempre fui defensora, em todas as tribunas em que tive acesso, e jamais alguém me ofereceu um dólar sequer.

A SR.<sup>a</sup> MARIA LEDA DE REZENDE DANTAS — Mas, alguém está passeando no lugar da nobre Constituinte.

A SR.<sup>a</sup> CONSTITUINTE EUNICE MICHILES — Acho que, então, não tive sorte nesse aspecto, porque jamais alguém me ofereceu uma viagem ou um dólar para manter essa discussão. Agora, acho que o nome não é importante, o importante é que as mulheres, todas elas, os casais tenham acesso às informações que eu tive, V. S.<sup>a</sup> teve, todos nós tivemos.

O aspecto que V. S.<sup>a</sup> demonstrou aqui, durante todo o tempo, foi muito conceitual, à pergunta prática que fiz. V. S.<sup>a</sup> disse o seguinte: não aos asilos, não às clínicas geriátricas, não ao *apartheid* e também não à participação da sociedade. Falta o sim. O que deve ser feito, a não ser uma reestruturação? Apagar tudo e começar tudo de novo? É impossível ... O que de prático nós, Constituintes, temos que escrever? Não adianta querer mudar tudo, porque isso é impossível. O que podemos fazer? Faltou a parte prática da coisa.

A SR.<sup>a</sup> MARIA LEDA DE REZENDE DANTAS — Eu não disse não às instituições, mas que toda sociedade civilizada deve tê-las. O que não podemos é torná-las em lugar de confinamento de pessoas. O que quis tentar mostrar, no caso, é que a nobre Constituinte disse que queria ser mendiga, e eu também. Mendiga mesmo, porque já vi pessoas que mendigaram 19 anos e acabaram felicíssimas num lugar em que havia até uma cama para elas e comiam todos os dias, não só uma vez.

Agora, uma pessoa que teve poder político, que teve poder sexual, que teve poder monetário e se vê, de um dia para o outro, drogada na véspera, para no dia seguinte ser internado numa clínica geriátrica, é muito mais terrível!

Então, o que estou pedindo e desejando é que haja, nobre Constituinte, mais seriedade da parte do Estado, em prover os recursos da política social, que é a maneira como o Estado se responsabiliza pelo ônus dos prejuízos do capital, porque o necessário, o bom seria que cada trabalhador ganhasse o salário justo e o trabalhador aposentado fizesse jus à aposentadoria justa, ele saberia para onde ir. Não tendo, terá que haver as políticas sociais, transporte gratuito, isto é, os arranjos até que a sociedade ache uma nova forma de ordenação da sua existência.

Agora, nesse caso quando V. Ex.<sup>a</sup> diz que achava interessante ter um órgão, aí sim, eu achava interessante que se desse concretude às leis brasileiras. Já existe configurada uma comissão, junto ao Ministério da Previdência, que deveria ter representantes dos outros ministérios e de movimentos sociais para cuidar dessa questão.

Eu seria contra um ministério, uma fundação ou uma coisa qualquer dessa ordem para os idosos, porque se isso desse certo a Funabem já teria conseguido acabar com os 37 milhões de crianças abandonadas nas ruas e nós não teríamos no Brasil, hoje, um monte de pessoas que se chamam filhos do SAM; ou seja, aquelas meninas que foram internadas no SAM foram violentadas lá, e que a cada geração se reproduzem ali dentro, depois mudando de nome.

Então, sou contra um órgão que cuide da questão do idoso. O cidadão mais velho, ele tem que ser previsto no transporte, na política habitacional, na política tributária, na política urbana e rural, na política sanitária, enfim, não ter o idoso como uma coisa particular, mas que todas as políticas públicas, ao serem realizadas, tenham especial atenção à questão da educação, porque se acreditamos que

a educação se dá do berço ao túmulo, isso não parece; se pensamos que a educação deve ser o pensar pedagogicamente na cultura de um povo, também isso não parece, porque o que vemos como escola, hoje em dia, é um currículo oculto necessário a uma sociedade de capitalismo dependente, porque criamos uma mão-de-obra dócil e mal preparada, mas não cuidamos da cultura nacional enquanto responsabilidade do sistema escolar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Obrigado, Professora Maria Leda. A preocupação da Constituinte Eunice Michiles é que a nós, que vamos elaborar sobre essa matéria, do ponto de vista da redação de um texto da Constituição, nos importa muito esse aspecto.

Veja bem que teremos que colocar essa matéria em dois ou três preceitos no máximo, quer dizer, nós vamos legislar sobre um princípio jurídico-constitucional.

Essas indagações todas ficariam para disciplina reguladora, para a legislação complementar e ordinária.

Agradecemos muito. A preocupação da nobre Constituinte Eunice Michiles prende-se aí porque esta tem sido a nossa preocupação, pois sabemos da enorme responsabilidade que recai sobre os nossos trabalhos, mas sabemos também que grande parte dessas questões não se resolve com o texto da lei. A lei tem que ser a expressão do fato jurídico. Ontem disse aqui que me recuso a acreditar que a lei possa definir todos os aspectos comportamentais da natureza humana.

Temos os demais debatedores à mesa, e as perguntas foram, naturalmente, dirigidas a todos.

Gostaria de saber se eles desejavam fazer alguma observação sobre tudo o quanto foi dito.

O SR. JORGE CAUÍ JÚNIOR — Sr. Presidente, não me lembrei, quando usava da palavra, de que uma preocupação nossa, com relação ao menor — e sempre bati nesta tecla, nas oportunidades que tive, em televisão, rádio, jornal — de que deveríamos ter o ministério do menor. Temos a Funabem e a Febem, que não correspondem a todo o problema, porque só cuidam do menor marginalizado. Assim, não há orientação para o menor. Sempre bato nesta tecla, repito, e insisto perante esta Subcomissão, no sentido de que seja criado um ministério do menor, é muito importante.

Se fosse narrar os fatos ocorridos em nossa Instituição, durante esses sete anos e uns meses, teria muita coisa a dizer. Escrevi um livro, está no prelo, que se intitula: "Do amor ao trabalho." É um livro histórico, relatando a história de uma instituição. Tão logo tenha editado esse livro, terei o prazer de trazê-lo a V. Ex.<sup>as</sup>

Sr. Presidente, um outro ponto importante sobre o qual sempre me bati também, e desejaria que esta Subcomissão estudasse, seria a possibilidade de se implantar uma lei severa no sentido de que nas escolas, desde o primário até as faculdades, fossem dados alguns minutos para se falar sobre o idoso.

As crianças, hoje, não têm noção de responsabilidade sobre o idoso. Elas não sabem como proceder na presença do idoso. Assim, se se implantasse uma lei para que nas escolas se falasse por alguns minutos sobre o idoso, a vida do idoso teria mais valor porque a criança crescerá com noções de como tratar o idoso amanhã.

Duas coisas não nos preparamos na vida: envelhecer e desencarnar. O homem, quando envelhece, não se conforma com a sua idade porque não se preparou. Se preparamos as crianças nas escolas até as faculdades, amanhã elas terão noção de que um dia serão idosos. É a mecânica da vida.

Há até uma frase muito bonita, dita por Cornélio Pires: "Descanso para a velhice, deixe essa história de lado, Deus, o velho mais velho, nunca se sente cansado."

Esta é a vida do idoso. Ele nunca está cansado. Precisamos sim, é incentivá-los mais para a vida. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Temos a presença da Dr.<sup>a</sup> Íris Berlinck da Silva, do Grupo de Experiências da Vida. Temos muita alegria em recebê-la aqui.

Chegou também o Constituinte Eliel Rodrigues, membro desta Subcomissão.

Gostaríamos de saber se algum outro Constituinte, como os Constituintes Artur da Távola, Ervin Bonkoski, Eliel Rodrigues e Rita Camata.

O ilustre pastor havia feito uma observação com relação ao limite de tempo regimental. Gostaríamos de saber se V. S.<sup>a</sup> tem alguma observação a fazer?

O PASTOR GERALDO DA SILVA — Primeiramente, gostaria de pedir desculpas por haver respondido a uma pergunta não endereçada a mim, naquele momento. Em segundo lugar, pedir que se pensasse na questão do uso dos bens de comunicação. Tem-se falado muito da importância da participação do idoso na vida familiar e na vida social, mas gostaria de colocar como seria possível restabelecer a confiança no idoso quando existem pessoas, como gotas d'água, pingando aqui e ali, lutando contra, como se fosse o rio Amazonas, dos meios de comunicações, despejando tanta coisa, destruindo a imagem do idoso na família e na sociedade? Como se não bastasse apenas algumas novelas e alguns filmes, de algum tempo para cá, até mesmo as empresas estão patrocinando propagandas com a responsabilidade de denegrir a imagem do idoso, de solapar a estrutura familiar. Não sei se, por questões éticas, deveria mencionar nomes. Peço licença para me recusar a mencionar os nomes das empresas, mas gostaria de mencionar alguns fatos que têm ocorrido. Por exemplo, há algum tempo, vi a propaganda de um peru, onde aparecia uma "velha gagá", fazendo várias perguntas, e, finalmente, ela perguntava se o pessoal daquela empresa também viria para comer o peru, ou se eles o poderiam comer? Como um idoso, numa sociedade desta, vai ter condição de aconselhar ou influenciar ou de ter o seu lugar na família?

Apenas para citar, como exemplo, outra empresa que, sutilmente, mostrando um velho, quando faz a propaganda de um televisor, dizendo que o televisor é como mulher, não gostou, trocou. Penso que o Movimento Feminista deveria estar atento para esse aspecto. (Palmas. Muito bem!) Como se não bastasse, uma outra empresa começa a virar para o lado das mulheres, onde aparece o homem que quebrou os móveis em casa, e o comercial é: "não fique preocupada, nossa empresa troca tudo para você. Se ele quebrar de novo, você troca de marido." Então, se por acaso ele deixar um copo cair, será o bastante para pensar em trocar de marido.

Pensando-se nesses aspectos — dentro da questão de limitação do tempo — gostaria que esta Subcomissão pensasse numa forma de não se usar, em hipótese alguma, nos meios de comunicação em massa, a imagem denegrada de quem quer que seja, no seio da família.

Ainda mais uma colocação: a de que não se limitasse a participação das religiões na questão da família. Acredito piamente que as religiões têm muita coisa realmente importante a dizer. Então, que não houvesse limitação. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Muito obrigado. Guardei uma expressão usada pelo Professor Paulo

Roberto Magalhães Moreira, quando S. S.<sup>a</sup> diz o seguinte: "os fascistas criam as regras para que outras pessoas as cumpram". É a natureza do fascista. Jesus os chamou de fariseus. Naturalmente, não havia essa expressão fascista, ideológica, e Jesus os chamou de fariseus. E a respeito dos fariseus, ele disse: "vós colocais nas costas do povo uma carga que vós mesmos não quereis carregar". De regra, é isto que está ocorrendo.

A responsabilidade enorme que temos, e tenho falado sobre isto em muitas ocasiões, é a de garantir na Constituição, à sociedade brasileira, um regime de segurança e liberdade, organizar-se, para que ela possa rever isto, para que ela possa ocupar o espaço social desta Nação, exatamente para que ela possa ser sujeito à própria história, porque, de resto, o que está acontecendo é que existem aqueles, repito outra vez, existem aqueles para quem a atual Constituição foi feita, e ela está sendo cumprida. Essa história de dizer que temos uma Constituição e que não está sendo cumprida, não é verdade. Basta vermos o § 14 do art. 153, que assim dispõe: "impõe-se a toda autoridade respeitar a integridade física e moral do preso ou do detento". Dependendo do preso, está sendo respeitada. Dependendo do preso, ou seja, há aqueles para os quais a Constituição foi feita. Para alguns presos, este preceito constitucional está sendo respeitado. Mas a Constituição não diz: todos os presos, todos os detentos, e, aí, fica difícil.

Para encerrar esta parte, queremos agradecer a presença das entidades que aqui compareceram. Temos uns técnicos da LBA, cujos nomes estão aqui. Falamos sobre a Dra. Íris Berlinck da Silva, Diretora da Coordenação de Apoio Parlamentar da Câmara dos Deputados. Alguém me recomendou que não deixássemos de ceder a S. S.<sup>a</sup> um pequeno tempo, para que, se assim o desejasse, fizesse uma pequena inserção.

A SRA. ÍRIS BERLINCK DA SILVA — Muito obrigada. Apenas vou colocar que iniciamos um estudo com D. Leda, na Câmara dos Deputados, que é a minha comunidade, um programa dos mais experientes da vida. E esse programa está ainda um pouco imberbe, está sendo gestado. Mas, na Câmara dos Deputados esse assunto está também sendo tratado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Muito obrigado. Por último, temos a Dra. Maria Costa Mena Barreto, que gostaria de entregar a esta Subcomissão uma carta representando quinhentas mil assinaturas.

Tem a palavra, a Dra. Maria Costa Mena Barreto.

A SRA. MARIA COSTA MENA BARRETO — Sr. Presidente, estou completamente afônica, com as cordas vocais sensíveis, de tanto falar ao telefone, pelas quinhentas mil assinaturas. Estou realmente estressada, mas gostaria muito de mostrar que essas crianças e idosos abandonados vêm reforçar a minha tese de que há uma desordem na família.

Gostaria de ler, aqui, ligeiramente, que o mundo contemporâneo, em todas as nações, sem exceção, caracteriza-se pela desordem reinante na família. Essa desordem está, dia a dia, assumindo proporções alarmantes, sendo então justa a preocupação dos que consideram uma base fundamental sobre a qual se ergue a sociedade humana. Numerosos fatores estão na origem e no desenvolvimento dessa funesta e sombria desordem, que, se não forem removidos, acabarão por destruí-la, para a desgraça da humanidade.

Na hora em que a Nação se prepara para eleger uma Assembléia Nacional Constituinte, para fixar em texto constitucional as normas essenciais que vão reger obriga-



toriamente os poderes públicos, os institutos jurídicos fundamentais da sociedade e atividades pública e privada dos cidadãos, é indispensável que sejam lembrados aos Srs. constituintes que vão escolher e redigir as formas verbais que se fixarão nessas normas de condutas, algumas delas que precisam ser adotadas, a fim de que a família seja considerada um alicerce e a base da sociedade, dotada de todos os meios que lhe permitam preencher a sua finalidade. Desta realidade irremovível, devem os Srs. constituintes respeitar: a primeira, é a de que S. Ex.<sup>as</sup> vão dar uma Constituinte a um País cristão, regido, portanto, pelos valores cristãos; a segunda, é a de que o Estado não está acima da Nação, estando, pelo contrário, a ela subordinado.

Desta maneira, a Constituição, a ser votada pela Assembléia Nacional Constituinte, tem que organizar a família dentro do respeito dos valores cristãos a ela aplicados. Para o cristianismo, a família é a célula da sociedade. Entre todos os valores, que são inseparáveis dessa célula, está o da estabilidade, que exige e requer a indissolubilidade dos laços conjugais. Se esses laços podem ser dissolvidos, por impulsos de paixão volúvel e passageira dos cônjuges, é evidente que a estabilidade da família não pode subsistir, e sem a estabilidade, a família não pode preencher a sua principal finalidade, a da procriação, nem aos outros fins essenciais, com o apoio e afeição mútuos dos cônjuges, à formação e educação dos filhos. Para desgracia das nações, o Estado, ao invés de proteger as famílias, assegurando-lhes na Constituição e leis complementares o preenchimento de sua função natural, na qualidade de seu servo, ele assume, atrevida e indevidamente o papel que não lhe cabe, de seu regente incontrastável. Não satisfeito, ainda, de abusivamente destruir a estabilidade da família, o Estado diminui ilegitimamente, às vezes, até anula a autoridade dos pais sobre os filhos, mediante medidas que contrariam e desrespeitam o poder inato dos progenitores.

Urge que a Constituinte restaure, na família, a vontade e a deliberação dos progenitores, em matérias graves como a do controle no nascimento, da educação dos filhos e da escolha de suas profissões. Não há lei, não há códigos que possam substituir o papel dos pais nessa matéria, que a natureza confia ao amor e à preocupação permanente do pai e da mãe.

Incumbe ao Estado incentivar, através da promoção do bem-comum, a paternidade responsável. Esta paternidade não é atribuição sua; ela pertence aos pais, pelas leis que regem a natureza da pessoa humana. Tirá-la dos pais para transferi-la ao Estado, como função sua, é uma usurpação que acaba por destruir a família, implantando por toda parte a desordem, a insegurança, a violência, como o mundo contemporâneo nos está revelando dolorosamente.

Não vai ser fácil repor a família na função que a natureza lhe prescreveu, porque a vocação diferente que essa mesma natureza impôs ao homem e à mulher, de modo que constituíssem a família com atividades diferentes, que se completam, foi e está sendo inteiramente negado e repellido. A mulher, em setores importantes da sociedade, não está aceitando a condição que a natureza lhe prescreveu, de ser a companheira inteligente, instruída e dedicada do homem ao qual se uniu, para a vida e para a morte, empenhados...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Dra. Maria da Costa Mena Barreto, gostaríamos muito de continuar ouvindo-a, como estamos com uma reunião convocada para tratar especificamente do Direito do Idoso, que, naturalmente, tem a ver com a família, gostaríamos que a V. Sa., como outros têm feito, desse-nos xerocado esse do-

cumento para todos os Srs. Constituintes. Será um grande prazer recebê-lo.

A SRA. MARIA DA COSTA MENA BARRETO — Estou com milhões de assinaturas, só do Rio Grande do Sul, devido à televisão, que está prostituindo a família. Entreguei ao nobre Constituinte Ulysses Guimarães milhões de assinaturas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Muito obrigado. Vamos examinar, com todo carinho, o seu documento. Muito obrigado pela sua colaboração. (Palmas.)

E, por último, o Sr. Carneiro solicitou a palavra por dois minutos...

O SR. CARNEIRO — Sr. Presidente, queria, nesta reunião que trata do idoso, dizer que, por experiência própria, sei a capacidade do idoso, que chamo idoso porque ninguém quer ser velho nesta terra. Quando fui participar do Projeto Rondon, em Guaraciaba do Norte, o entusiasmo dos moradores mais idosos — e, naquele tempo, eu usava a palavra idoso — de cada um dos cinco distritos daquela cidade foi tanto na busca de pessoas que não tinham o registro civil que o Projeto Rondon conseguiu encontrar seiscentas e quatro pessoas sem registro. Fundamos a Sociedade Brasileira de Anciãos, naquela altura, aproveitando o entusiasmo desses moradores do Distrito de Guaraciaba. E essa sociedade ficou estática, parada até 1983, porque ninguém queria colaborar com ela. Fiz uma pesquisa para saber a razão. Essa entidade tinha como objetivo reunir essas enciclopédias vivas, que são aqueles que conseguem ter experiência com estudo formal ou aprendem na escola da vida. Feita a pesquisa, descobrimos que ninguém queria ouvir falar da Sociedade Brasileira de Anciãos porque ancião lembra idoso. Trocamos a denominação "Sociedade Brasileira de Anciãos" por "Associação dos Veteranos Brasileiros", isto fez com que ela se desenvolvesse. Existe, hoje, o projeto "Nenem", que é do conhecimento desta Subcomissão, inclusive foi citado, ontem, e está em pleno desenvolvimento, cuja finalidade é reunir pessoas lúcidas, válidas, ativas, para resgatar a memória nacional.

No Rio Grande do Sul, temos notícias de um cidadão de 160 anos, não creio que tenha morrido. V. Ex.<sup>as</sup> falam em velhos com 60, 70, 80 anos de idade, pois, esse cidadão está lá trabalhando no arado, na enxada, falando lucidamente sobre a Revolução de 1817 e há a sua volta vários outros com idade de 120, 130 anos, também ativos. Temos que ver esse outro lado da "veteranidade" que penso precisa dar frutos maiores para a História do Brasil. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Obrigado pela sua colaboração.

Passaremos a palavra aos Srs. debatedores para suas conclusões finais. Parece-me que há uma pessoa que deseja falar.

A SR.<sup>a</sup> ANA HELENA FREIRE DE MAGALHÃES CAMPOS — Complementando o que disse S. S.<sup>a</sup> quero dizer que tenho aqui um quadro que fala sobre grupos de rendimento mensal esperança de vida. Todos os grupos têm uma média de 60 anos. Até um salário mínimo, ela cai para 54,8; para mais de um salário mínimo, 59,5; para mais de dois a cinco salários mínimos, 64,0 e para mais de cinco salários mínimos, 69,6. Este quadro demonstra toda uma esperança relacionada à condição de vida como um todo, não só em relação às diferenças regionais como já foi colocado pela Professora Maria Leda.

Respondendo à pergunta da Constituinte Eunice Michiles sobre centro de convivência, como trabalhadores sociais temos sempre que questionar a nossa ação, aquela

dialética, aquela dinâmica de ação e reflexão. Até que ponto estamos realmente contribuindo para a construção de uma sociedade mais democrática e mais justa? Quando se tem uma ação é necessário ver a ideologia que está por detrás dela. No momento, prefiro que procuremos alternativas como centros comunitários ou centros de múltiplas funções do que centros de convivência, porque já se está levando uma pecha destinada somente às pessoas de mais idade. Leva-se, então, o estigma de "segregação". Prefiro aquela reunião em que as pessoas se encontram naquela comunidade, lutando pelos seus interesses, pelas suas necessidades de organização, de mobilização para facilitar o surgimento de lideranças, porque se não caminharmos juntos, de mãos dadas, jogando responsabilidade somente no Estado, nas instituições, não conseguiremos as nossas soluções.

Gostaria de dar um exemplo concreto. A Dr.<sup>a</sup> Leda fez referência a uma instituição que tem 1.200 idosos, que é a Abrigo Cristo Redentor, no Rio de Janeiro. Temos acompanhado um pouco de perto essa instituição, como também fazemos com outras. Essa instituição parece a mesma do ano passado, mas não o é. Tem uma outra diretoria e percebe-se que a vida dinâmica lá dentro mudou. Vou citar um exemplo mínimo. As pessoas tinham que pagar à instituição com a sua renda mensal, vitalícia, ou aposentadoria do Funrural. Depois que foi instalada essa nova administração, os idosos foram consultados. Essa instituição já era subvencionada também com uma renda do sistema da Previdência, parte do sistema Simpas. Eles mesmos decidiram se queriam ou não deixar uma parte da sua renda e da sua aposentadoria, e eles mesmos estão administrando esse Fundo que, desta forma, não vai para o bojo da contabilidade da instituição. Eles têm inclusive uma participação, poder nas mãos: poder de decisão, poder financeiro. Parece tudo igual ao que era há um ano. No entanto, há mudanças. Eles estão formando comissões de moradores para juntos participarem da definição do dia a dia da política daquela instituição, abrindo muros para a comunidade ao lado. Não adianta tirar os muros daquela instituição, porque a comunidade ao lado vai continuar. Existe o medo da instituição e o medo do pessoal sair dela, porque há pessoas que lá moram há mais de 35 anos. Realmente, é um trabalho de fazer eventos de maneira integrada com a comunidade ao redor, num processo de mão dupla, de ida e vinda.

Somente para exemplificar, às vezes, uma mesma situação ou mesma ação, como, por exemplo, essa instituição que é fechada, a microfísica do poder que ali se estabelece, a ideologia que está por detrás daquele grupo dirigente ou do grupo que utiliza aquele serviço, pode ser uma diferença de A/Z.

Outro exemplo, um piquenique de um grupo de idosos A e um de pessoas mais idosas, grupo B. Certa vez, perguntaram a uma pessoa do grupo A e ela respondeu: "Frequento e participo de duas instituições. Numa delas sinto-me como se fosse uma mala, colocada no ônibus e que não sabe o seu itinerário, na outra instituição, com a mesma programação, estou decidindo se a quero, estou elaborando aquela programação, sei até o que pode nela acontecer. É um exemplo simples que demonstra que uma mesma ação, uma mesma atividade, uma mesma estrutura pode estar tendo realidades completamente diferentes.

Sugiro que centro de convivência ou de múltiplas funções, tenham linhas programáticas definidas com a participação das pessoas interessadas naquele serviço, que vão utilizá-lo, em programas descentralizados regionais e, se possível, até a nível de comunidade, caso contrário, criaremos instituições a nível nacional de cima para baixo e a

situação continuará sem qualquer solução. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Tem a palavra o nobre Constituinte Eraldo Tinoco.

O SR. RELATOR (Eraldo Tinoco) — Sr. Presidente, a minha palavra será rápida, apenas para termos uma idéia da sistematização final do trabalho.

O Presidente mencionou uma reunião terça-feira, para elaborarmos o parecer. Faço, aqui, um pequeno reparo. Não é para elaborar o parecer mas, sim, para debatê-lo, como também o anteprojeto. O prazo de elaboração do parecer conclui-se na próxima segunda-feira, dia 11. O meu pensamento é que, no dia 12, terça-feira, pela manhã, ou até mesmo na segunda-feira, no decorrer do dia, já tenhamos datilografado o parecer ou o anteprojeto etc., para ser distribuído previamente. Mas, compreendo que estou diante de uma camisa de onze varas, como se diz na Bahia.

Temos um sem-número de contribuições, de documentos etc. Naturalmente, não estou fazendo sozinho a análise, porque seria humanamente impossível. Conto com uma assessoria bastante preparada e interessada em nos ajudar.

Para que V. Ex.<sup>as</sup> tenham uma idéia, a nossa Subcomissão recebeu nada menos do que 6.606 contribuições da população em geral. Foram todas analisadas, faltando ainda as contribuições específicas sobre o idoso.

A respeito do menor, tivemos 4.921 contribuições e sobre o tema "família" tivemos 1.685. Todas já foram analisadas. Em vez de ajudar o Relator, cria um problema a mais, porque as opiniões são extremamente conflitantes.

Vou ler apenas um texto do resumo que a assessoria preparou. Foram cerca de 200 contribuições sobre delinquência juvenil. Notam-se as seguintes preocupações: recuperação dos menores delinquentes, mediante o trabalho e ensino profissionalizante, reorganização ou extinção da Funabem das Febem, criação de centros integrados para o desenvolvimento educacional e ocupacional do menor infrator, redução do limite de idade do menor para fins de responsabilidade penal, assistência integral ao menor abandonado e aos carentes em geral, restabelecimento da censura nas emissoras de rádio e televisão (Palmas) para coibir a exibição de programas ou filmes pornográficos e violentos nocivos à formação moral da juventude."

Temos, aqui, uma série de depoimentos sobre os quais tive o cuidado de anotar os seus pontos principais, as sugestões mais interessantes que possam ser amparadas num texto constitucional, porque devemos ter a compreensão também de que muitas das idéias, das sugestões, das propostas, das inquietações muito justas, muito apropriadas, adequadas, mas que não cabem no texto constitucional. Temos, em muitas dessas contribuições, material para legislação ordinária e outras até para a política administrativa dos governos, e não necessariamente para um texto constitucional. Somente pela leitura desse texto, vimos quantas contradições, posições opostas aparecem nesse trabalho.

O Sr. Relator da Comissão Temática está aqui, onde o tema das comunicações aparece. Tenho certeza de que muitas pessoas foram defender a total liberalização da censura, porque também fui procurado a esse respeito, achando que a censura é um atraso cultural, um cerceamento à liberdade criativa etc.

Concluindo, nós, da Subcomissão, temos uma primeira responsabilidade e não será a última, porque temos as

instâncias posteriores para debate e votação do texto constitucional. Mas, antes, temos a primeira responsabilidade de aprovar um texto que deva figurar na Constituição.

O relator tem uma tarefa um pouco mais espinhosa, a de tentar oferecer um parecer e um anteprojeto, procurando retratar a opinião médio ou predominante dos Srs. Constituintes da Subcomissão. Cumprindo todo esse ritual excepcional, merece um registro histórico a participação que tem havido nesse processo, e sobre isso farei referência no relatório antes do parecer, toda essa mobilização e essas participações que têm havido, há que ter a consciência nítida e clara de que a responsabilidade de votar e decidir está atribuída àqueles que se candidataram e se elegeram como integrantes da Assembléia Nacional Constituinte. Temos todos um mandato outorgado pelo povo e cada um procurará cumpri-lo, na medida em que assume posições e votos de acordo com o perfil do seu eleitorado. Naturalmente, dentro desse próprio perfil, existem diferenças e contradições. Mas esse é a essência do processo de democracia representativa. Somos os representantes e temos a nítida dimensão dessa responsabilidade.

Sr. Presidente, gostaria de dizer que a partir de amanhã, até segunda-feira, estarei mergulhado com os assessores neste vastíssimo material — mergulhado literalmente, porque se essa papelada se espalhar, seguramente, será maior do que muitas das piscinas do Lago Sul de Brasília — mas mergulhado nesse material, procurarei extrair as idéias básicas, essenciais que possam figurar no texto constitucional.

Pretendo, na próxima segunda-feira, oferecer esse trabalho para a datilografia e, na terça-feira, os Srs. Constituintes desta Subcomissão estão convocados, antecipando-se a data da discussão. Teríamos a data de quinta-feira para começarmos a discussão. Entretanto, tudo farei para anteciparmos essa discussão para terça-feira, ganhando dois dias. Penso ser fundamental essa discussão interna da Subcomissão, como também um prazo para que V. Ex.<sup>as</sup>, Membros da Subcomissão possam oferecer as suas emendas. Certamente, não tenho a menor veleidade a esse respeito. Embora com toda a boa-vontade, com todo o esforço e abertura intelectuais que tenho sobre o assunto, jamais poderei traduzir num texto as opiniões de todos. Entra, então, o processo da discussão, do oferecimento de emenda, da votação e, aí sim, através do voto, da maioria absoluta da Subcomissão, como está previsto no nosso Regimento, tomaremos as decisões.

Para finalizar, quero dizer que aqueles que puderem responder, ainda hoje, aquele modesto questionário, aque-

la pesquisa prévia que o façam. Perdoem-me, mas é uma atitude de habilidade do relator que quer conhecer o pensamento médio, para que o seu parecer possa nele se amparar e, desta forma, ser menos bombardeado na discussão e nas votações. Os que puderem oferecer essa contribuição que o façam. Não precisa ser trabalho acabado, datilografado, com laço de fita; pode até ser manuscrito mas oferecendo as suas opiniões, ainda hoje — repito — ou no mais tardar, amanhã às 9 horas da amanhã, porque, nessa oportunidade, começarei os trabalhos e, aí sim, toda a responsabilidade ficará nos ombros do relator até a apresentação do trabalho, que a devolverá depois à Subcomissão.

Tentando esse esforço de antecipação, espero que, na próxima terça-feira, V. Ex.<sup>as</sup> tenham o texto básico, mesmo que o parecer não esteja totalmente burilado e completo, mas para anteciparmos essa discussão e ganharmos dois dias, porque creio ser de fundamental importância termos mais tempo para o debate, para a reflexão e para o oferecimento de emendas. Depois do prazo — se não me engano, termina na segunda-feira da outra semana —, voltaremos para a apreciação das emendas e a votação formal, definitiva, completa da Subcomissão, transferindo-nos para a Comissão Temática, onde teremos as luzes e a competência do parecer do nosso ilustre Relator Temático, o nobre Constituinte Artur da Távola. Passarei, comodamente, à posição de algoz. O prazo de apresentação do relatório é o dia 11, mas temos dois dias para a impressão. Nesse caso, estaremos recorrendo à competente assessoria dos nossos companheiros para ver se, na medida em que completamos o trabalho, seja composto numa máquina do Produsen, do Senado Federal, saindo rapidamente um produto final para distribuímos na terça-feira.

O encerramento da discussão ocorrerá no dia 19, segunda ou terça-feira da próxima semana. O relator terá 72 horas para apreciar as emendas e a apresentação do parecer final será no dia 22 de maio. Deveremos entregar ao ilustre relator da Comissão Temática, no dia 25, o nosso trabalho concluído, quando se dissolve, formalmente, a Subcomissão e todos nós passaremos a integrar àquela Comissão.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, agradecendo a compreensão de todos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Aguiar) — Encerramos a nossa reunião de hoje, agradecendo a presença de todos e a grande contribuição que trouxeram aos nossos trabalhos. Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 19 minutos.)